

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
CURSO DE JORNALISMO

ANDRESSA CRISTINA ALGAVE PEREIRA

A COMUNICAÇÃO INDÍGENA COMO FLECHA: uma análise da comunicação
digital dos povos indígenas Akroá Gamella e Kariú Kariri do Maranhão

SÃO LUÍS

2025

ANDRESSA CRISTINA ALGAVE PEREIRA

A COMUNICAÇÃO INDÍGENA COMO FLECHA: uma análise da comunicação digital dos povos indígenas Akroá Gamella e Kariú Kariri do Maranhão

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora, da Universidade Federal do Maranhão como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Soares Ferreira

Co-orientadora: Prof. Dra. Flávia de Almeida Moura

SÃO LUÍS

2025

ANDRESSA CRISTINA ALGAVE PEREIRA

A COMUNICAÇÃO INDÍGENA COMO FLECHA: uma análise da comunicação digital dos povos indígenas Akroá Gamella e Kariú Kariri do Maranhão

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Comunicação Social - Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão Campus São Luís, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social.

Aprovado em _____ de _____
_____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Bruno Soares Ferreira (Orientador)
Doutor em Comunicação e Cultura
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dra. Flávia de Almeida Moura (Co-orientadora, 1º membro)
Doutora em Comunicação
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Ed Wilson Ferreira Araujo (2º membro)
Doutor em Comunicação
Universidade Federal do Maranhão

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Pereira, Andressa.

A COMUNICAÇÃO INDÍGENA COMO FLECHA : uma análise da comunicação digital dos povos indígenas Akroá Gamella e Kariú Kariri do Maranhão / Andressa Pereira. - 2025.
103 f.

Coorientador(a) 1: Flavia de Almeida Moura.

Orientador(a): Bruno Soares Ferreira.

Curso de Comunicação Social - Jornalismo, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2025.

1. Comunicação Indígena. 2. Comunicação Digital. 3. Redes Sociais. I. de Almeida Moura, Flavia. II. Soares Ferreira, Bruno. III. Título.

À minha mãe, Angelita Oliveira Algave
(1958-2022). Forte, decidida, inspiradora.
Palavras nunca serão capazes de
comunicar a saudade que sinto. Essa
conquista é nossa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha mãe, Angelita Oliveira Algave, primeira formada da família, que me inspirou a pesquisar, estudar, saber mais desse mundo que tanto me inspira quanto me perturba. Agradeço à Oxalá, que me permitiu concluir este ciclo, um dos maiores da minha vida até então. Agradeço à minha família, meus irmãos, Aline Algave e Anderson Algave, pelo suporte, pelo carinho e apoio. Nos tornamos o pilar um do outro, e se eu fui capaz de concluir esse caminho, é também através de suas mãos.

Agradeço aos amigos que alegraram a minha vida durante a caminhada na universidade: Daniele Coelho, Rodrigo Freitas, Bruna Cantanhêde, Mogaji Metá, Márvio Araújo e Flaynan Caldas. Os obstáculos dessa trajetória acadêmica foram muito mais toleráveis por causa de vocês. A forma como nos apoiamos é linda e serei sempre grata a todos. Agradeço também a Igor dos Santos Silva pelo cuidado, carinho, companheirismo e suporte que me edificaram na produção dessa pesquisa.

Por fim, agradeço imensamente à Amõkanewy Kariú, Cruupyhre Akroá Gamella, Iolanda Kariú, e toda a equipe que compõe o Regional do Cimi Maranhão e a Teia dos Povos e Comunidades do Maranhão. Aprendi com vocês lições valiosas na busca por um mundo mais harmônico, menos violento, menos devastador. Que a nossa luta seja recompensada pela vitória.

Agradeço também aos guias e encantados dessa terra, os ancestrais, os amigos espirituais. Seu Boiadeiro Vaquejada, Cabocla Lioneza, João Piraí, Bilibeu. Quem faz essa energia girar.

RESUMO

Esta monografia investiga a comunicação digital dos povos indígenas Akroá Gamella e Kariú Kariri, do Maranhão, analisando suas estratégias de autoafirmação, resistência e ocupação do espaço digital em um cenário midiático frequentemente hostil. A pesquisa aborda a invisibilização e os estereótipos que recaem sob desses povos nos meios de comunicação hegemônicos, contrastando-as com suas iniciativas de comunicação autônoma, que utilizam plataformas digitais como o Instagram para construir narrativas próprias e contra-hegemônicas. Por meio de uma metodologia que combina análise de conteúdo e análise semiológica, o estudo examina as publicações dos coletivos de comunicação Coletivo Pihyy (Akroá Gamella) e Coletivo Kariu Wbymará (Kariú Kariri), e elabora sobre as potencialidades e desafios da etnomídia na articulação de redes de impacto e comunicação das pautas relevantes para cada povo.

Palavras Chave: Etnomídia; Comunicação Digital; Comunicação Indígena; Redes Sociais; Mídia Hegemônica;

ABSTRACT

This monograph investigates the digital communication of the indigenous Akroá Gamella and Kariú Kariri peoples from Maranhão, analyzing their strategies of self-affirmation, resistance, and occupation of digital space in an often hostile media landscape. The research addresses the invisibility and stereotypes that fall upon these peoples in hegemonic media, contrasting them with their autonomous communication initiatives, which use digital platforms like Instagram to construct their own counter-hegemonic narratives. Through a methodology that combines content analysis and semiologic analysis, the study examines the publications of the communication collectives Coletivo Pihyy (Akroá Gamella) and Coletivo Kariu Wbymará (Kariú Kariri), and elaborates on the potentialities and challenges of ethnomedia in articulating impact networks and communicating relevant agendas for each people.

Keywords: Ethnomedia; Digital Communication; Indigenous Communication; Social Media; Mainstream Media.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Capas da revista Porantim de 1978, 1988, 2000 e 2024.....	22
Figura 2 - Capa da Revista Manchete.....	25
Figura 3 - Exemplo de publicação do Instagram.....	32
Figura 4 - Mapa das terras indígenas demarcadas e não-demarcadas no Maranhão.....	37
Figura 5 - Página do Instagram do Coletivo Pihyy.....	43
Figura 6 - Página do Instagram dos Indígenas Kariú Kariri no Maranhão.....	44
Figura 7 - Casa redonda na aldeia Cajueiro Piraí.....	46
Figura 8 - Feed do Instagram do Coletivo Pihyy.....	50
Figura 9 - Feed do perfil Indígenas Kariú Kariri.....	53
Figura 10 - Exemplo de publicação com uso do grafismo.....	55
Figura 11 - Equipamentos mais utilizados.....	60
Figura 12 - Esfera de uso dos equipamentos.....	61
Figura 13 - Formatos de conteúdo mais produzidos.....	62
Figura 14 - Principais desafios na produção de conteúdo.....	63
Figura 15 - Acesso à internet nos territórios indígenas.....	64
Figura 16 - Manchete do jornal O Eco sobre os Akroá Gamella.....	67
Figura 17 - Publicação da página Jailson Mendes da Baixada.....	69
Figura 18 - Manchete no site da Agência Tambor.....	70
Figura 19 - Manchete no site da Revista Cenarium.....	72
Figura 20 - Imagem da transmissão ao vivo feita durante a ocupação na sede regional da Funai.....	73
Figura 21 - Publicação sobre a ocupação na sede regional da Funai.....	74
Figura 22 - Uma das colagens da obra “Rop Cateh”.....	75
Figura 23 - Cruupyhre e Kum’Tum Akroá Gamella na exposição de “Rop Cateh”.....	76
Figuras 24 e 25 - Comentários racistas identificados em publicações dos perfis Alfinetei Viana e Jailson Mendes da Baixada.....	80

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Análise das publicações na página do Coletivo Pihyy.....	48
Tabela 2 - Análise das publicações na página Indígenas Kariú Kariri.....	52

LISTA DE SIGLAS

APIB — Articulação dos Povos Indígenas do Brasil

APOINME — Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo

ATL — Acampamento Terra Livre

CIMI — Conselho Indigenista Missionário

COAPIMA — Coordenação das Organizações e Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão

COIAB — Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

CPT — Comissão Pastoral da Terra

DPU — Defensoria Pública da União

DSEI — Distrito Sanitário Especial Indígena

ENEM — Exame Nacional do Ensino Médio

EZLN — Exército Zapatista de Liberação Nacional

FUNAI — Fundação Nacional dos Povos Indígenas

GEDMMA — Grupo de Estudos Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente

GETECOM — Grupo de Estudos Trabalho Escravo e Comunicação

ISA — Instituto Socioambiental

MAC — Museu de Arte Contemporânea

MPI — Ministério dos Povos Indígenas

NEGO — Núcleo de Estudos Geográficos da UFMA

NERA — Núcleo de Estudos e Pesquisas em Questões Agrárias

OIT — Organização Internacional do Trabalho

UFMA — Universidade Federal do Maranhão

UNI — União das Nações Indígenas

USP — Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. Introdução.....	14
2. Uma breve história: da hegemonia da comunicação capitalista às possibilidades da comunicação indígena.....	16
3. Uma análise sobre a comunicação digital dos povos Akroá Gamella e Kariú Kariri.....	30
3.1 Sobre a metodologia da análise.....	33
3.2 O contexto dos povos Akroá Gamella e Kariú Kariri do Maranhão.....	35
3.3 As páginas do Instagram dos povos Akroá Gamella e Kariú Kariri.....	42
3.4 Análise do perfil do Coletivo Pihyy.....	45
3.5 Análise do perfil do Coletivo Kariú Wbymará.....	51
4. Oportunidades e desafios na comunicação dos povos Akroá Gamella e Kariú Kariri.....	57
4.1 Um contexto geral da comunicação indígena no Maranhão.....	59
4.2 Oportunidades na comunicação dos povos Akroá Gamella e Kariú Kariri.....	66
4.3 Desafios na comunicação digital dos povos Akroá Gamella e Kariú Kariri.....	78
5. Conclusão.....	82
REFERÊNCIAS.....	84

1. Introdução

A sociedade brasileira exerceu e produziu, por toda a história, uma série de violências, apagamentos e estigmas sob os povos originários desta terra. No campo da comunicação, esses processos se manifestam de forma particularmente evidente: os povos indígenas seguem amplamente sub-representados pelos meios de comunicação hegemônicos. Esses meios, em geral orientados por interesses empresariais e alinhados à lógica do agronegócio e dos grandes empreendimentos, silenciam sistematicamente as pautas indígenas, mesmo quando estas dizem respeito a temas de relevância pública local e regional. No Maranhão — terceiro estado com maior população indígena do Nordeste, segundo dados do Censo de 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) — essa invisibilização se torna ainda mais alarmante diante da recorrência e da gravidade dos conflitos territoriais, da violência institucional e das violações de direitos sofridas por diversas etnias.

A mídia exerce papel central na construção de narrativas simbólicas que influenciam a percepção social e política sobre os povos indígenas. Ao controlar o que merece ser visível com base em suas relações institucionais, a mídia hegemônica acaba por reforçar estruturas de opressão, operando como um instrumento de apagamento cultural e político. A ausência de uma cobertura que priorize as pautas dos povos indígenas maranhenses nos meios de comunicação locais e estaduais contribui para a exclusão destas pessoas dos debates políticos, tenta deslegitimar suas lutas e tornar invisíveis seus modos de vida, de produção e de resistência fora do sistema capitalista.

Em resposta a esse apagamento, os próprios povos têm protagonizado iniciativas de *etnocomunicação* — um processo de comunicação exercida por eles para reafirmar sua identidade e resistir a narrativas violentas e estigmatizantes. Por meio dessas iniciativas, eles têm criado redes colaborativas, coletivos midiáticos e produções audiovisuais que operam como formas de resistência, afirmação identitária e proposição de outros modos de existir e narrar o mundo. São exemplos práticos que desafiam a lógica comunicacional dominante, reposicionam a palavra como prática viva e coletiva, e atuam na reconstrução dos sentidos do ser indígena

na sociedade *hipermidiatizada*, ou seja, inundada por mídia em seus mais diversos formatos.

Em julho e novembro de 2024, colaborei no planejamento e na ministração da segunda e da terceira edições da Oficina de Comunicação para Jovens Indígenas, realizada em parceria com o Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Nessas experiências, conheci comunicadores indígenas engajados, questionadores, curiosos e aptos a produzir em seus territórios. No percurso com a instituição, mantive contato regular com esses jovens e pude observar como se organizavam de forma consistente para suas produções, considerando o contexto de todo o território e a articulação entre as pautas de seus respectivos povos. Isso me levou a refletir sobre como o jornalismo pode aprender com essa leitura sensível, colaborativa e alinhada aos direitos humanos, que os povos indígenas desenvolvem na prática da comunicação. Vi jovens com menos de 20 anos demonstrarem maior compreensão das dinâmicas do mundo que coabitamos — e do papel da comunicação nesse cenário — do que muitos jornalistas considerados “experientes”.

Este trabalho parte da análise de um levantamento de conteúdos jornalísticos publicados por portais maranhenses, com foco em dois povos indígenas — Akroá Gamella e Kariú Kariri —, com o objetivo de refletir sobre os padrões de presença e ausência dessas populações no noticiário local, assim como sobre suas produções comunicacionais próprias e as potencialidades dessas experiências como meios de autoafirmação, resistência e ocupação do espaço público. A partir do cruzamento entre análises teóricas e históricas sobre comunicação indígena no Brasil, análise de conteúdo e leitura semiológica de publicações nas páginas do Instagram dos coletivos de comunicação desses povos, busca-se compreender os desafios e as possibilidades da produção indígena local, especialmente frente às barreiras institucionais que ainda limitam o acesso à educação, à formação técnica e à representação justa nos meios de comunicação. A pesquisa propõe, assim, uma reflexão sobre a urgência de uma mídia que confira a estes povos a escolha sobre as narrativas construídas sobre suas vivências, de forma a não apenas empoderar vozes indígenas, mas de fato acolher suas narrativas, seus saberes, suas línguas e suas formas próprias de comunicação como parte legítima de uma esfera pública multicultural, multiétnica e diversa.

2. Uma breve história: da hegemonia da comunicação capitalista às possibilidades da comunicação indígena

A comunicação é parte inerente à vida em comunidade. É por meio dela que construímos sentidos compartilhados, pensamos soluções coletivas, traçamos estratégias de cuidado, proteção e manutenção da harmonia nos territórios que habitamos. Seja por sons, gestos ou linguagens mais complexas, comunicamos sempre – de forma voluntária e involuntária. E, embora instintiva, a comunicação precisa ser lapidada: exercida com princípios e aperfeiçoada com as reflexões constantes das teorias que se movimentam com o tempo. Deve-se pensar nessa prática comunicativa com consciência e responsabilidade, pois é um processo que orienta relações e afeta tudo o que nos cerca. Se é impossível viver sem o outro, comunicar também deve ser um gesto de atenção com quem nos cerca e de cuidado com o mundo que compartilhamos.

O escritor e jornalista Ailton Krenak, na obra *Ideias para adiar o fim do mundo* (2019), questiona se há espaço no capitalismo para qualquer outra cosmovisão que não considera tudo na Terra como uma mercadoria, algo a ser conquistado e explorado. A reflexão dialoga com a visão proposta por Althusser (1985) sobre o Estado do sistema capitalista como uma estrutura aparelhada em toda instância para a sua própria manutenção. Se o capitalismo paga para que sua narrativa seja reforçada dos jornais à educação nas escolas, essa mesma pequena porcentagem que representa o grande capital dispõe de meios para exercer a manipulação das informações divulgadas pela imprensa e detalhadas no sistema de educação.

Essa manipulação se manifesta através do uso de aparatos coercitivos, sejam eles legais ou não, que ameaçam jornalistas e colaboradores. Isso ocorre, por exemplo, pela manipulação de algoritmos, que interferem nos códigos de conduta das redes sociais e no engajamento de publicações com palavras-chave vinculadas a questões sociais – um fenômeno que foi evidenciado, por exemplo, pelo envolvimento de bilionários da tecnologia como Elon Musk, Mark Zuckerberg, e Jeff Bezos na campanha e na cerimônia de posse do presidente americano Donald Trump, em 2024. A nível macro e micro, a elite e quem trabalha a seu favor favorecem pautas internas a seus interesses com a desmobilização e manipulação

de informações relevantes. Dessa forma, a dominação sobre a produção jornalística, especialmente no caso da produção do jornalismo hegemônico, consolidou-se como um processo estratégico voltado à manutenção da opinião pública e à promoção de uma narrativa individualista, burguesa e meritocrática.

Por jornalismo hegemônico, refiro-me ao jornalismo empresarial, majoritariamente branco, que historicamente se alinhou à exploração sistemática da classe trabalhadora e dos povos racializados, especialmente a partir da Revolução Industrial — período em que o consumo de jornais era um indicativo do luxo da alfabetização e do poder econômico. A partir dessa dinâmica de interesses, ao invés de privilegiar a apuração e publicação responsável da informação, as práticas jornalísticas passam a ser guiadas sobretudo pelo interesse comercial. O viés das culturas de exploração e do mercantilismo, que visam moldar a opinião pública, exercem essa tentativa de forma em que a venda de notícias se torna mais importante do que o compromisso com o interesse público — característica associada por diversos autores ao conceito da “mídia industrial”. Straubhaar & LaRose (2004) abordam esse fenômeno:

A maioria dos países presenciou o crescimento de grandes jornais urbanos e um aumento da publicação de livros. Entretanto, tanto o analfabetismo, quanto a falta de dinheiro, continua a limitar a leitura. Muitas pessoas não podiam dispor do dinheiro para um jornal, nem liam tão bem para apreciá-lo. [...] assim, vemos que a classe social está geralmente conectada ao uso da mídia. A industrialização por vezes aumenta a estratificação social. Embora muitas pessoas mais pobres avancem ao obter trabalhos industriais, as lacunas relativas entre ricos e pobres aumentaram em muitos países em desenvolvimento. (Straubhaar e LaRose, 2004, p. 33-34)

No século 21, essa produção de notícias da mídia industrial se tornou ainda mais massificada pela introdução da internet e do surgimento dos smartphones, que são um recurso acessível, multimídia e multifuncional para a divulgação e consumo de informações simplificadas, adaptadas para a sociedade do hiperindividualismo e dos espaços ultra personalizados (Lipovetsky, 2010) dos *feeds* de redes sociais, moldados conforme um algoritmo que recomenda conteúdo orgânico, produzido por usuários da rede, de acordo com o consumo do receptor das informações, que também é um usuário. Nessa lógica, se alguém já consome conteúdos que reforçam a narrativa burguesa, publicações similares serão mais facilmente oferecidas a esta pessoa, com informações apuradas ou não.

Esse conteúdo gerado pelo usuário representa, simultaneamente, obstáculos e potencialidades no enfrentamento às informações que estigmatizam e ferem os povos marginalizados, pobres e racializados da sociedade. Se uma das opções é que as redes podem radicalizar as narrativas que deslegitimam a luta na proteção a todos os povos, uma oportunidade oposta pode ser enxergada: os smartphones também favorecem informações produzidas em modelo *open source*, ou seja, produzido por várias fontes em seus próprios territórios, e abrem espaço para a construção de redes de comunicação que podem produzir informações contra-hegemônicas. Com a produção baseada em pautas locais – relacionadas aos desafios e costumes de cada comunidade ou povo – o público visado consegue ter acesso a pautas que são frequentemente invisibilizadas por veículos do jornalismo hegemônico.

Esse jornalismo financiado, manipulado e filtrado pelo funil capitalista será descrito neste texto como comunicação hegemônica. Comunicação, pois não necessariamente é produzida por uma empresa oficializada. Em qualquer caso, sua produção inteira, da ideia à produção de conteúdo comunicativo, é completamente perpassada pelos interesses de grandes empreendimentos e do grande capital em todo o mundo desde o início da mídia. Sobre os impactos dessa narrativa em todos os pilares da sociedade, incluindo a comunicação, a cultura e a história, Frantz Fanon (1961) diz:

O colono faz a história e sabe que a faz. [...] A história que escreve não é, portanto, a história da região por ele saqueada, mas a história de sua nação no território explorado, violado e esfaimado. A imobilidade a que está condenado o colonizado só pode ter fim se o colonizado se dispuser a pôr termo à história da colonização, à história da pilhagem, para criar a história da nação, a história da descolonização. (Fanon, 1961, p. 38)

Se a comunicação é fruto das trocas e construções do cotidiano, o modelo que sustenta a narrativa capitalista revela-se ainda mais violento para os povos e comunidades submetidos ao seu escárnio, justamente por atuar de forma sistemática, inclusive nas dinâmicas do cotidiano, para sustentar essa narrativa. Quando compreendida não apenas como ferramenta, mas como prática relacional e construção de pontes, torna-se evidente que a comunicação hegemônica se subordina aos interesses do capital e da exploração. Por isso, opera a partir de escolhas tendenciosas sobre o que deve ou não ser noticiado, o que é considerado

informação relevante para seu público e de que forma as narrativas devem ser abordadas.

A reflexão de que há uma comunicação prostrada aos pés do capitalismo, operando para sua manutenção apesar de quaisquer violências operadas por este sistema contra a humanidade e o planeta, nos convida a refletir sobre uma comunicação oposta: a comunicação alternativa. Esta seria baseada em outra cosmovisão, comprometida com a ciência, os direitos humanos e a diversidade dos povos e comunidades que habitam este planeta.

Esta comunicação faz o que a comunicação hegemônica muitas vezes se recusa a fazer: dá a devida relevância ao ato de comunicar os ataques responsáveis pelas violações sofridas pelos povos e comunidades tradicionais de todo o mundo, e reconhece que a produção comunicativa cumpre papel essencial na luta por uma sociedade mais socialmente justa. Sobre as potencialidades e o objetivo central dessa mídia opositora à mídia hegemônica, John Downing (2002) diz:

No entanto, se o conteúdo a mídia radical alternativa sugere que a estrutura econômica ou política necessita urgentemente de certas mudanças, embora seja bem claro que, no presente, tais mudanças são inimagináveis, então o papel dessa mídia é manter viva a visão de como as coisas poderiam ser, até um momento na história em que sejam de fato exequíveis. (Downing, 2002, p. 41)

A descrição dialoga com o conceito do *Bem Viver*, frequentemente cunhado por movimentos sociais para se referir à proposta de um modo de vida pautado pela harmonia com a natureza, o respeito à diversidade cultural e a centralidade das relações coletivas, em oposição à visão mercantilista. Em artigo ao jornal *Porantim* (2015), do Cimi, Iara Bonin descreve o Bem Viver como prática que, na perspectiva dos povos indígenas, não é somente um modelo de desenvolvimento, mas sim uma concepção de mundo em que o ser humano não se coloca acima das demais formas de vida que habitam na Terra. A visão propõe um horizonte civilizatório baseado na reciprocidade, no equilíbrio e na convivência respeitosa entre todos os seres, contra a lógica da exploração e do acúmulo.

A comunicação popular, processo da comunicação cunhado a partir da experiência dos movimentos sociais na prática, é ao mesmo tempo causa e consequência das relações complexas que se formam quando a mídia e a visão de mundo proposta pelo Bem Viver se cruzam: a proposta de uma comunicação

política, que serve abertamente a um propósito alinhado aos direitos humanos e pela esperança de justiça social, é como um rio que, no Maranhão, deságua nas lutas quilombolas, camponesas e na luta indígena. A construção da comunicação de povos e comunidades tradicionais se dá seja por iniciativa local, autônoma e organizada em coletivos descentralizados — como o coletivo [TV Quilombo](#), do quilombo Rampa, em Vargem Grande (MA) e o coletivo [Mídia Caru](#), de lideranças Guajajara da Terra Indígena Caru, próxima ao município de Bom Jardim (MA) — ou pelo envio de pautas e denúncias a veículos de jornalismo formalizados que cumprem o papel da cobertura dos desafios sofridos por esses povos, como é o caso do jornal [Agência Tambor](#), jornalismo alternativo local do Maranhão, e o [Mongabay](#), rede global de cobertura ambiental.

No caso desses povos e comunidades, uma nova visão é dada à comunicação: a produção *in loco* e sob os princípios do Bem Viver aponta o sistema mercantilista como motor das injustiças sociais sofridas dentro dos territórios, propondo uma nova forma de comunicar. Se por meio das experiências da comunicação quilombola, camponesa e indígena identificamos que o modo capitalista é destrutivo com os povos e comunidades tradicionais, também é por meio destas que as propriedades transformativas da palavra e dos processos envolvidos no ato de comunicar são evidenciados.

No caso dos povos indígenas, essa comunicação é parte dos elementos que constroem a relação dos povos com sua cultura e cosmologia. É o caso do povo Sateré-Mawé, que habita a região do médio rio Amazonas (AM): o povo guarda o Porantim, peça de pau-ferro em formato de remo que também é uma borduna, nome dado a uma arma indígena comum dos povos amazônicos, em que estão inscritas figuras que contam o conto de origem do povo. A peça é, simultaneamente, entidade mágica, pois os indígenas conferem a ela a previsão de acontecimentos e a capacidade de andar só; constituição social, pois orienta os processos sociais do povo; e suporte comunicativo, pois nele estão codificados os contos originais que preservam a memória coletiva e comunicam os princípios que regem a vida do povos. A palavra porantim, na língua do povo, significa remo, arma e memória.

No Brasil, a relação dos povos indígenas com a mídia é baseada nessa relação com a comunicação ancestral — a produção da mídia se apresentou aos

povos como meio de resistir às violências perpetradas pela ideologia eurocêntrica. Essa produção hoje se desdobra em muitos formatos: do jornalismo impresso às mídias digitais, a produção da articulação indígena está nas peças de áudio, nas telas e no impresso, mas também nas práticas comunicativas que transcendem a mídia, como a dança, o canto, a arte visual e a oralidade.

Sobre essa articulação em prol da produção comunicativa, Ortolan Matos (2006) argumenta que os povos indígenas brasileiros passaram a desenvolver um movimento nacional e unificado a partir da década de 1970, época das grandes assembleias indígenas, espaços frequentes da mobilização indígena contra a ditadura militar e suas brutalidades. As assembleias se desenvolveram a partir de uma série de encontros regionais e nacionais realizados pelos indígenas: os primeiros encontros foram realizados nos territórios Cururu, do povo Munduruku (PA), e em Merure, território Bororo (MT). Em maio de 1974, aconteceu a primeira grande Assembléia dos Povos Indígenas, com apoio do Cimi — apoio que facilitou a articulação de lideranças indígenas de todo o país. Assim, as assembleias conferiram ao movimento indígena o status de "movimento pan-indígena de organização pluriétnica em defesa de direitos dentro do estado brasileiro" (Ortolan Matos, 2006, p. 36). A experiência contribuiu para os movimentos articularem a possibilidade da formação de uma teia de relações, onde lideranças podem tecer de forma estratégica meios para fortalecer suas pautas em comum e a destacar a importância da denúncia pública das violências da militarização.

Os jornais indigenistas e alternativos foram alguns dos primeiros a cobrirem essa organização: é o caso do boletim do Cimi, criado em 1972. A décima edição do boletim integrou a cobertura da Assembleia de 1974, com registro do padre Antônio Iasi Júnior, o Padre Iasi. Das Assembleias seguintes nasceu também a União das Nações Indígenas (UNI), organização de amplitude nacional fundada em 1980 que dá suporte aos processos organizativos que os povos desenvolvem em níveis locais e regionais.

Em 1978, o Cimi lançou também o jornal Porantim, inicialmente para comunicação interna na equipe do regional Norte da instituição. Em poucos meses a demanda saltou e, além de receberem pautas de Manaus (AM), cidade onde estava sediada a equipe que produzia o jornal mimeografado, pautas das demais equipes

do Conselho passaram a chegar. Com a articulação permitida pelas equipes regionais, lideranças indígenas iniciaram uma relação de colaboração com o jornal – escreviam textos e ensaios, e a equipe do Conselho fazia a revisão, quando necessária. Anos depois, em 1982, aconteceu em Brasília a primeira Conferência Nacional dos Povos Indígenas. A mobilização contribuiu na articulação dos povos e na construção de uma estratégia para escapar da representação da Fundação Nacional do Índio (Funai, hoje Fundação Nacional dos Povos Indígenas), que na época era presidida pelo Coronel Paulo Moreira Leal.

Figura 1 - Capas da revista Porantim de 1978, 1988, 2000 e 2024



Fonte: Conselho Indigenista Missionário, 2025

A oralidade representou uma das primeiras produções analógicas da comunicação indígena logo após a época: o “Programa de Índio”, iniciativa idealizada por Ailton Krenak, Álvaro Tukano e Biraci Yawanawá como parte do Núcleo de Cultura Indígena, em 1985. O programa foi transmitido pela Rádio USP, da Universidade de São Paulo, semanalmente de 1985 até 1990, com duração de 30 minutos, e foi também distribuído para emissoras de outros estados, como a Rádio EFEI (MG), Rádio Universidade de Santa Maria (RS) e Rádio Kaiowas (MS).

Este foi o primeiro programa de rádio criado e coordenado por indígenas. A proposta inovadora das jovens lideranças era, principalmente, a divulgação das tradições dos povos em estratégia para defender seus direitos no contexto da efervescência política do movimento indígena. Lideranças indígenas de outros povos e estados participaram do programa como entrevistados em depoimentos colhidos dentro de seus territórios ou em eventos de amplitude nacional. Em um modelo de produção de indígena para indígena, com linguagem acessível e compreendendo sua própria influência, Ailton, Álvaro e Biraci estrelaram uma das primeiras iniciativas do movimento indígena para romper com a barreira imposta pelos veículos da hegemonia jornalística brasileira.

Parafraseando a música *Negro Drama*, do grupo Racionais MC's: “Entrei pelo seu rádio, tomei, cê nem viu” (Racionais MC's, 2002). Foi assim que as comunidades se organizaram na mídia pela primeira vez, através da música, da narrativa indígena e da afirmação da diversidade cultural como método para denunciar violências históricas, mas também favorecendo a articulação política entre diferentes etnias e territórios. O título “Programa de Índio” também tem certa intenção cômica — tomou um termo pejorativo, cunhado pelo colonizador e que busca muitas vezes questionar a ancestralidade do indígena com base na mídia que ele consome e como ele a consome — e o nomeou no programa cuja intenção era alcançar justamente os mais afetados pela narrativa racista.

Ao utilizar da oralidade, central nas culturas indígenas como meio de produção e circulação de informação, o programa valorizou os modos tradicionais da comunicação indígena ao mesmo tempo que colaborou para a transformação desta comunicação com o suporte de tecnologias informativas com uma prática crítica. A distribuição do Programa de Índio foi feita em formato cassete para todo o país, com

participação ativa de indígenas e não-indígenas, cumprindo função pedagógica e política pelo fortalecimento da rede comunicativa entre os povos indígenas de todo o Brasil, que na época começava a se solidificar.

Em 1988, a promulgação da Constituição Federal favoreceu iniciativas semelhantes: com a garantia da “organização social, costumes, línguas, crenças e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (Brasil, 1988, art. 231), o artigo foi resultado da articulação dos povos, seus aliados e sua expressividade em denunciar o flagelo da ditadura militar. Em 1989, foi aprovada a Convenção 169 pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), que visou assegurar aos indígenas de todo o mundo seus direitos. Com essas conquistas, o movimento indígena se mostrou articulado, organizado e capaz, com a garantia do reconhecimento da lei do Estado sobre seu modo de vida e seu direito de existir.

O contexto se mostrava solo fértil para o surgimento de novas expressões da organização indígena. Em pouco tempo, as reivindicações indígenas passaram a ser cobertas pela mídia: um dos casos mais emblemáticos foi o de Tuíre Kayapó, que em 1989, aos 19 anos, encostou a lâmina de seu facão no rosto de um dos engenheiros da Eletronorte, empresa que quis construir um complexo de hidrelétricas no Rio Xingu. A ação aconteceu durante uma assembleia entre o povo e representantes da empresa em Altamira, no Pará, e a atitude de Tuíre foi simbólica da resistência e revolta do povo pela mediação ineficiente do Governo Federal, que não atendeu às condições do povo.

Uma das inúmeras manchetes sobre o caso chama atenção e reflete o tratamento dado pela mídia hegemônica ao acontecido: a edição número 1.925 da revista Manchete (1989) edição colorida. Uma capa colorida, mas com muitos tons de vermelho. Em letras garrafais, um aviso urgente: “Amazônia: Os índios vão à guerra”, com a foto de Tuíre. Em pequenas letras brancas, para não tirar a atenção da imagem, a revista diz: “A índia Tuíra, dos caiapós, ameaça com um facão o diretor da Eletronorte. Momento de tensão no encontro indígena de Altamira”. Na revista, a foto rendeu o alarmismo de retratar o indígena como ameaça aos empreendimentos, mas a imagem também comunicou por si só – inspirou reações, e portanto, deu visibilidade ao caso.

Figura 2 - Capa da Revista Manchete



Fonte: Reprodução, 2025

Apesar da infame instalação da hidrelétrica em 2019 — hoje chamada Hidrelétrica de Belo Monte — e de mais de 30 anos de violações dos direitos dos povos, além da quebra de acordos com o Estado, como a garantia de diálogo com todas as comunidades afetadas pelas obras, a imagem de Tuíre com o facão no rosto de seu invasor transmite uma mensagem que ecoa até hoje. Na época, essa imagem mobilizou autoridades nacionais e internacionais contra a construção da usina e continua a viralizar nas redes sociais periodicamente.

A cobertura e documentação de movimentos como esse é que contribuíram para que os protestos e denúncias dos povos tivessem alcance e capacidade de mobilizar outros indígenas, os *parentes*¹, e amplificar as redes comunicacionais dos povos. Essas redes mobilizaram diferentes etnias e estimularam a produção de

¹ Termo utilizado por lideranças indígenas para se referir a indígenas de outras etnias e aliados.

mídia como protesto, estratégia para divulgação de denúncias com potencial de repercussão global.

Tupinambá (2016) chama essa comunicação indígena de etnocomunicação ou etno-mídia e descreve essa prática como empoderamento cultural e étnico que se tornou possível pela apropriação da produção de mídia pelos povos. E o advento da internet no fim da década de 90 possibilitou a construção de uma comunicação onde quem produz e consome informações não é somente emissor ou receptor, mas integrante de um espaço aberto para exercer direitos e se inserir na opinião pública. Sobre essa criação do espaço digital como extensão dos processos políticos e comunicacionais da vida real, Castells (1999) diz:

Sustento que tal uso compartilhado da tecnologia propicia a criação de novas regras do jogo que, no contexto das transformações sociais, culturais e políticas apresentadas nesta obra, afetam profundamente a essência da política. O ponto principal dessa questão é que a mídia eletrônica — não só o rádio e a televisão, mas todas as formas de comunicação, tais como o jornal e a internet — passou a se tornar o espaço privilegiado da política. Não que toda a política possa ser reduzida a imagens, sons ou manipulações simbólicas. Contudo, sem a mídia, não há meios de adquirir ou exercer poder. Portanto, todos acabam entrando no mesmo jogo, embora não da mesma forma ou com o mesmo propósito. (Castells, 1999, p. 367).

Após os anos 2000, o âmbito digital passou a ser campo da disputa narrativa entre a comunicação popular e a comunicação hegemônica. A comunicação indígena, de base popular e oposta à lógica hegemônica mercantilista, passou a tornar possível uma visão da comunicação sob o prisma da diversidade, das possibilidades da informação como meio para alcançar uma sociedade de base pluricultural e pluriétnica.

Eventos nacionais, como o Acampamento Terra Livre (ATL), fortaleceram a formação e organização dos primeiros coletivos de comunicação indígenas do país. Desde o primeiro encontro em 2004, o ATL tem sido um marco na mobilização política indígena e reúne milhares de lideranças de diversas etnias para reivindicar seus direitos por território, cultura e, mais recentemente, inserção dos povos indígenas nas considerações feitas pela mitigação da crise climática em espaços de tomada de decisão. A mobilização impulsionou a criação de entidades como a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e a Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoime), que

hoje se unem ao ATL como algumas das principais plataformas de divulgação da produção midiática indígena.

Ao mesmo tempo, no começo dos anos 2000, o jornalismo hegemônico vinha passando por um novo desafio: o processo de adaptação ao formato ainda novo do ambiente da internet. Na novíssima revolução tecnológica, a *websfera* tomou força como não somente um meio de entretenimento, mas como peça essencial na disseminação da ideologia mercantilista, na manutenção de mercado, na vigilância de indivíduos e no controle da distribuição de informações de importância sistêmica. A Web 2.0 se apresentou como um conjunto de princípios e práticas que interligam sites e usuários (O’Rilley, 2005), e a introdução do novo modelo de uso da grande rede de computadores modificou a relação entre o emissor e o receptor de informações, uma vez que, agora, o processo de transmissão da mensagem estava muito mais simplificado.

Ana Brambilla (2005) atribui ao jornalismo pós Web 2.0 o termo jornalismo *open source*, elaborando sobre uma produção jornalística que pode ser checada, produzida e publicada por quem tenha os dispositivos capazes para tal.

O que o jornalismo *open source* vem provocar é uma instabilidade em um modelo restritivo, instabilidade esta, que começa pela integração de dois pólos, até então opostos, do processo comunicacional midiático: o jornalista e o leitor/ouvinte/espectador. No jornalismo *open source*, o sujeito que lê é o mesmo que escreve as notícias, compartilhando responsabilidades e tendo no envolvimento pessoal sua principal moeda de troca. (Brambilla, 2005, p. 9)

O pólo da notícia foi descentralizado: enquanto antes somente os jornais formalizados tinham acesso a fontes oficiais, dados públicos e meios para relacionar essas informações com suas pautas locais, agora o público — que antes apenas recebia a notícia — pode reivindicar o acesso a essas plataformas e usar esses recursos para pensar novas formas de informar. Ao afirmar que “as novas tecnologias da informação não são simplesmente ferramentas a serem aplicadas, mas processos a serem desenvolvidos” (Castells, 1999, p. 51), Castells abre caminho para a consideração de que, pela primeira vez, o receptor da informação, por meio da rede, pode ser também o emissor. A partir dessas possibilidades, o autor cunha também a comunicação autônoma, ou autocomunicação, como um caminho encontrado por movimentos sociais para exercer uma produção livre do controle midiático de empresas e atores governamentais:

Os movimentos sociais exercem o contrapoder construindo-se, em primeiro lugar, mediante um processo de comunicação autônoma, livre do controle dos que detêm o poder institucional. Como os meios de comunicação de massa são amplamente controlados por governos e empresas de mídia, na sociedade em rede a autonomia de comunicação é basicamente construída nas redes da internet e nas plataformas de comunicação sem fio. As redes sociais digitais oferecem a possibilidade de deliberar sobre coordenar as ações de forma amplamente desimpedida. (Castells, 2013, p. 11)

Na mesma época, a tecnologia se condensava para comportar o máximo de recursos possível em um único equipamento: o smartphone. Em 2007, a empresa estadunidense de tecnologia Apple lançou o iPhone de primeira geração, que trouxe um fator decisivo para a produção midiática dos anos seguintes: a câmera embutida e a capacidade de suportar aplicativos de edição. Com a popularização desses dispositivos digitais, os povos indígenas passaram a construir na web espaços para suas próprias vozes e representações. Essa etnomídia, que também pode ser chamada de midiativismo, configura o que alguns autores apontam como comunidades de comunicação (Paiva, 2007). Para que as pautas relacionadas à proteção de seus corpos-territórios e direitos sejam alcançadas, esses povos frequentemente precisam de registros — provas que possam ser imediatamente capturadas em fotos, vídeos ou relatos lançados em tempo real para um público que possa reagir e cobrar pela segurança das comunidades.

Com as novas possibilidades da mídia produzida via smartphone, lideranças indígenas se tornaram construtores da própria narrativa pública. Ao fazer uso de tecnologias acessíveis para produzir e distribuir conteúdos, essas lideranças não apenas ocupam espaços de visibilidade, mas também realizam um exercício concreto de cidadania comunicativa (Mata, 2002). Nesse processo, a comunicação se torna condição de possibilidade da cidadania, pois é por meio dela que se os interesses são coletivizados, se estabelecem vínculos simbólicos e se disputam sentidos na esfera pública. Assim, ao se reconhecerem como sujeitos de fala e representação, esses comunicadores indígenas reivindicam o direito de existir publicamente a partir de suas próprias referências culturais, contestando as formas hegemônicas de representação que historicamente silenciaram ou distorceram suas vozes.

No contexto da cidadania comunicativa, os povos indígenas, embora conquistem novos espaços de expressão por meio das mídias digitais, também se tornam mais vulneráveis a práticas comunicativas excludentes e violentas. A

intensificação da circulação de discursos baseados na narrativa do colonizador, agudizada pela digitalização, não ocorre em um terreno neutro: atravessa estruturas históricas de exclusão, como o racismo anti-indígena, que se atualiza em representações estigmatizantes, apagamentos simbólicos e ataques discursivos. A democratização do acesso à essas tecnologias não garante, por si só, a justiça comunicacional — especialmente quando os códigos hegemônicos continuam regulando quem pode aparecer, como pode aparecer e o que pode ser reconhecido como legítimo no espaço público.

As redes sociais, popularizadas na década de 2000, surgiram como opção para construir uma plataforma e transmitir conteúdo produzido no território para um público que pode estar por todo o mundo. A partir daí surgiram iniciativas da comunicação digital indígena, como os projetos [Mídia Indígena](#) e [Mídia Guarani Mbya](#), que passaram a constituir espaços comunicativos próprios, construídos a partir das referências cosmopolíticas dos próprios povos indígenas. Essas plataformas não apenas se contrapõem ao discurso dominante da mídia empresarial, mas representam, como argumenta Pereira (2010), a consolidação de um processo de apropriação crítica das tecnologias de comunicação. Longe de reproduzirem o modelo ocidental da comunicação unidirecional, essas experiências revelam uma prática comunicativa colaborativa, ritualizada e coletiva, que articula memória, identidade e ação política.

Assim, a comunicação digital indígena trilhou um caminho de conquistar seu território simbólico nas redes, onde se constroem novas formas de presença pública e de produção de sentidos, ampliando sua participação na esfera pública, questionando os filtros hegemônicos da representação e legitimando suas próprias formas de narrar, resistir e existir.

3. Uma análise sobre a comunicação digital dos povos Akroá Gamella e Kariú Kariri

Se a comunicação é um processo constituído por relações, a imagem é uma das linguagens por meio das quais essas relações são construídas. O lambe, o grafismo, o grafite, o pixo, a fotografia e o meio digital — que pode englobar todas as anteriores — configuram as raízes das oportunidades criadas pela imagem. A tecnologia aprofunda essa relação de diversas formas: se antes era mais difícil ter acesso a equipamentos para registrar e editar imagens, hoje até os modelos mais simples e acessíveis de smartphones cumprem o papel da captura, edição e divulgação imagética. Tudo isso ocorre simultaneamente a um contexto em que vozes historicamente silenciadas pelos veículos do jornalismo hegemônico passam a encontrar, nas redes sociais, um canal próprio para compartilhar seus ideais e denúncias.

Vera Paternostro, ao analisar o telejornalismo em 1987, já apontava as potencialidades da imagem em relação à palavra no livro *O Texto na TV* (2006). Na obra, ela define a imagem como uma linguagem universal, capaz de oferecer “entendimento imediato e possibilitar às pessoas a visão de uma realidade externa àquela em que vivem”. Hoje, com a popularização das telas ainda menores do que as da televisão — como as dos aparelhos celulares, tablets e outros dispositivos portáteis conectados —, essa potência se amplia: a imagem assume um papel indiscutível como veículo de comunicação e impacto, circulando de forma veloz e massiva, muitas vezes antecedendo a palavra no processo de percepção e interpretação do mundo.

No campo da disputa de narrativas, a imagem pode ser considerada uma das ferramentas mais utilizadas na construção do racismo anti indígena na modernidade. Por meio dela, a mídia reforçou estereótipos e contribuiu para que os mais de 279 povos indígenas do Brasil fossem, por muito tempo, reduzidos a representações baseadas na desumanização e na objetificação. Um exemplo emblemático são as inúmeras imagens sobre o “descobrimento” do Brasil, em 1500, que retratam indígenas nus, de cabelos lisos, recebendo os portugueses e supostamente trocando as riquezas da terra por espelhos.

A acessibilidade dos novos dispositivos ajudou a inserir a voz indígena na comunicação visual: a fotografia para os povos, por exemplo, não é apenas um registro, mas um território simbólico no qual se inscreve a memória, a identidade e a luta por existência. Ao se apropriarem da linguagem imagética, esses povos passam a construir suas próprias narrativas, rompendo com os estereótipos e silenciamentos impostos por olhares externos e aplicando seu próprio olhar na comunicação de suas pautas.

A possibilidade de fazer ecoar qualquer voz que lute pelos direitos originários a qualquer público no âmbito digital veio das novas redes sociais. Após o blog, redes de sucesso mundial, como o X (antigo Twitter) e o Facebook já dispõem de recursos de foto e vídeo, mas redes como o Instagram, TikTok, Kwai e Snapchat não permitem ao usuário que publique apenas texto – para fazer uma publicação em uma dessas redes é preciso, obrigatoriamente, que sejam fotos ou vídeos.

A limitação, de certa forma, faz com que a imagem — o recurso visual — se torne o principal ponto de assimilação do público em uma determinada página. Ao abrir o feed do Instagram — termo usado para designar o histórico de publicações — os primeiros elementos exibidos são: o nome da página, o horário da postagem, a localização (se marcada) e, de forma centralizada, a imagem. Na hierarquia de informações apresentadas em um post, o texto — a legenda — aparece por último, servindo como complemento à imagem. Em muitos casos, nem chega a aparecer, já que a plataforma permite a publicação de imagens sem a legenda. Isso rompe com a concepção tradicional do texto como elemento central da função informativa.

Figura 3 - Exemplo de publicação do Instagram



Fonte: Reprodução, 2025

Paulo Humberto Borges (2010) aponta que a fotografia, ao ser produzida pelos próprios indígenas, torna-se um instrumento de autorrepresentação e afirmação cultural, permitindo que selecionem o que mostrar e a quem mostrar. Esse é um gesto que revela a imagem como espaço estratégico, de gestão cuidadosa do visível e do invisível. Nesse sentido, a imagem não tem apenas a pretensão de representar a realidade, mas também construção, performance e proteção da coletividade. Assim como os territórios físicos são reivindicados e retomados, o

campo simbólico da imagem também é ocupado como forma de resistência, onde se reinscreve uma presença indígena viva, consciente e política.

3.1 Sobre a metodologia da análise

Para a realização desta monografia, obtive informações e dados por meio do trabalho desenvolvido por mim junto à equipe do Cimi Regional Maranhão, bem como da leitura do *Relatório de Violência Contra os Povos Indígenas* (2017 e 2024), publicado pela mesma instituição. Além disso, entre os meses de maio e junho de 2025, realizei entrevistas com Cruuphyre Akroá Gamella (2025), liderança e comunicador do povo Akroá Gamella, e com Layo Amõkanewy Kariú (2025), comunicador, escritor, cineasta e liderança do povo Kariú Kariri. Os comunicadores assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, confirmando participação na pesquisa, conforme modelo (ver Apêndice A).

A entrevista com Akroá Gamella (2025) foi realizada presencialmente no território Taquaritiua, casa do povo Akroá Gamella, no dia 25 de maio de 2025, e registrada por meio de gravação de voz. Já a entrevista com Kariú (2025) foi conduzida via WhatsApp, por troca de áudios, no dia 29 de junho de 2025. O roteiro de entrevistas foi adaptado e personalizado para cada comunicador (ver Apêndices B e C), com base em uma pesquisa prévia de suas produções enquanto comunicadores, realizada por meio de seus perfis nas redes sociais e buscas no Google. Além disso, um formulário do Google Forms foi compartilhado via WhatsApp com comunicadores indígenas do Maranhão com o objetivo de compreender um cenário geral das condições para a produção por todo o Maranhão, e a pesquisa recebeu 18 respostas de lideranças dos povos Akroá Gamella (1), Anapuru Muypurá (2), Guajajara (5), Kariú Kariri (2), Krikati (1) e Memõrtumré Canela (7).

Para a análise da comunicação dos povos, foram utilizados métodos de pesquisa qualitativa de forma integrada, combinando diferentes abordagens com o objetivo de abarcar a complexidade visual e informativa dos dados coletados. Foram analisados tanto os dados obtidos a partir do mapeamento já realizado no *Relatório de Violências Contra os Povos Indígenas*, quanto as respostas obtidas no formulário aplicado. As análises foram conduzidas por meio da análise de conteúdo de Martin Bauer e George Gaskell (2008) e da análise semiológica de Roland Barthes (1990)

na leitura das imagens e vídeos presentes nas publicações de cada povo em suas respectivas páginas no Instagram.

A análise de conteúdo adotou como base metodológica as diretrizes de Bauer e Gaskell na obra *Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático* (2008). O objetivo foi categorizar os principais conteúdos das publicações, permitindo identificar padrões e quantificar suas ocorrências. Dentre os delineamentos de pesquisa propostos pelos autores, optou-se por uma abordagem que combina o estudo descritivo com a análise transseccional², que permite a comparação empírica entre produções de diferentes contextos. Essa escolha metodológica busca traçar as pautas prioritárias e os recursos mais utilizados na produção para as páginas dos coletivos de comunicação de cada povo.

Seguindo a definição proposta por Bauer, a análise de conteúdo é compreendida como um método de análise textual desenvolvido nas ciências sociais empíricas, que estabelece uma ponte entre o formalismo estatístico e a análise qualitativa, mediando a discussão entre as virtudes e os métodos presentes em cada publicação. A técnica permite inferir contextos a partir da linguagem e compreender o texto como expressão de uma comunidade que escreve: “A AC nos permite reconstruir indicadores e cosmovisões, valores, atitudes, opiniões, preconceitos e estereótipos e compará-los entre comunidades” (Bauer; Gaskell, 2008, p. 192).

Também foi realizada uma análise semiológica, orientada pelas ideias de Barthes no ensaio *A Retórica da Imagem* (1984), em que o autor propõe a leitura da imagem em dois níveis: o denotativo, referente ao conteúdo literal, e o conotativo, que revela os sentidos simbólicos e culturais atribuídos a partir de códigos ideológicos. Essa abordagem possibilita compreender como as produções audiovisuais da comunicação indígena articulam os elementos visuais de forma a produzir sentidos e causar impacto que vá além do mero aspecto visual, revelando estratégias de afirmação identitária, resistência política e construção de narrativas próprias em contraposição à lógica da comunicação hegemônica, protagonismo no cenário de luta por seus direitos e na promoção de um modo de vida menos violenta,

² A análise transseccional é um delineamento de pesquisa que compara textos de diferentes contextos, segundo Bauer e Gaskell (2008). Nesta pesquisa, o método foi aplicado para comparar as categorias temáticas dentro de cada perfil, tratando-as como contextos distintos para analisar suas diferentes estratégias de comunicação.

menos exploratória, mais harmônica com a natureza e tudo o que nela habita. Considerando também a fala do autor quando descreve a fotografia como “subversiva, não quando aterroriza, perturba ou mesmo estigmatiza, mas quando é pensativa” (Barthes, 2015).

Com o objetivo de identificar as potencialidades da comunicação digital dos povos Akroá Gamella e Kariú Kariri, foi realizado um levantamento sistemático de conteúdos jornalísticos que citam, abordam ou divulgam materiais produzidos ou mediados pelos respectivos coletivos de comunicação de cada território. A coleta incluiu veículos de imprensa, sites de organizações parceiras e perfis de comunicação local via Instagram, como o perfil [Jailson Mendes da Baixada](#) e [Alfinetei Viana](#).

As 59 notícias mapeadas foram categorizadas entre os dois povos e organizadas conforme dois critérios principais: (1) o teor do conteúdo, categorizado em denúncia, cultura ou mobilização; e (2) o alcance geográfico da publicação, classificado como local, estadual, regional, nacional ou internacional. A análise foi organizada em ordem cronológica, tendo como marco inicial o ano de fundação dos respectivos coletivos: 2022 para o Coletivo Pihyy (Akroá Gamella) e 2021 para o Coletivo Kariú Wbymará (Kariú Kariri). Ao todo, foram identificadas 47 notícias relacionadas ao povo Akroá Gamella (Apêndice D) e 12 notícias sobre o povo Kariú Kariri (Apêndice E).

3.2 O contexto dos povos Akroá Gamella e Kariú Kariri do Maranhão

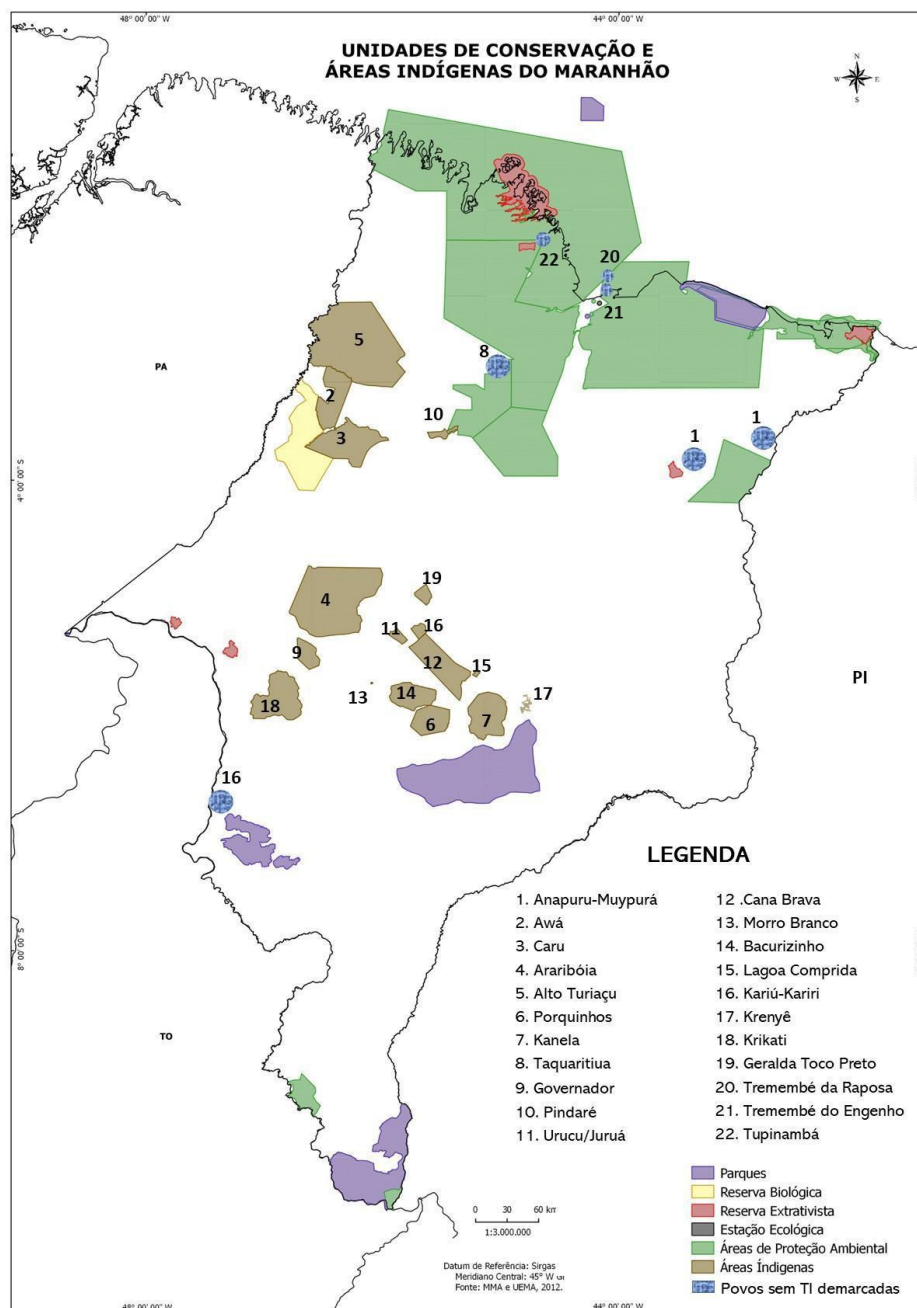
Atualmente, o Maranhão é o terceiro estado do Nordeste com a maior população indígena. De acordo com o Censo de 2022, realizado pelo IBGE, 57.214 pessoas no estado se autodeclaram indígenas, o que representa 0,84% da população maranhense. Essa população é composta por 14 povos: Akroá Gamella, Anapuru Muypurá, Apanjêkra Canela, Awá Guajá, Gavião Pyhcop Catiji, Guajajara/Tentehar, Ka’apor, Kariú Kariri, Krenjê, Krepym Katejê, Krikati, Memortumré Canela, Tremembé e Tupinambá, conforme mapa elaborado pelo Cimi (Figura 4).

Esses 14 povos estão distribuídos em 22 territórios, entre unidades de conservação, terras indígenas demarcadas e não demarcadas, espalhados por todo

o estado, conforme dados do Cimi Regional Maranhão. As áreas são: Anapuru Muypurá, Awá, Caru, Araribóia, Alto Turiaçu, Porquinhos, Kanela, Taquaritiua, Governador, Pindaré, Urucu/Juruá, Cana Brava, Morro Branco, Bacurizinho, Lagoa Comprida, Kariú Kariri, Krenjê, Krikati, Geralda Toco Preto, Tremembé de Raposa, Tremembé de Engenho e Tupinambá.

Nos últimos anos, os povos Akroá Gamella, do território Taquaritiua, em Viana, Penalva e Matinha (MA), e Kariú Kariri, do território Kariú Kariri, em Estreito e São Luís (MA), têm fortalecido suas presenças no ambiente digital e nas redes de comunicação como parte de um processo mais amplo: a reafirmação da identidade e da existência. Ambos foram erroneamente considerados extintos pelo Estado e seguem sem terras demarcadas — um fator constantemente denunciado por suas lideranças. No caso do povo Akroá Gamella, a espera pela demarcação se arrasta desde 2018. Já o povo Kariú Kariri não possui procedimento ativo de demarcação, embora requeira o início do processo junto à Funai desde 2020, segundo Kariú (2025). Em entrevista, a liderança disse que a fundação prometeu constituir o Grupo de Trabalho — etapa necessária para a mensuração do território reivindicado — em 2023, mas até o momento não cumpriu a promessa.

Figura 4 - Mapa das terras indígenas demarcadas e não-demarcadas no Maranhão



Fonte: Conselho Indigenista Missionário, 2025

Os povos já ocupam a região do Ceará, Piauí, Maranhão, Bahia e Acre há séculos. No caso do povo Akroá Gamella, o povo já ocupava a região do rio Gurguéia, no Piauí, até 1713, quando migrou para o Maranhão (Sousa Lemos, 2021). Na época, a Coroa Portuguesa visava impedir os povos de ocuparem mais terras e iniciou o processo de concessão de terras: basicamente um pedaço de

papel dado pelos colonizadores que impunha aos indígenas o terrível conceito das fronteiras. A técnica veio também para possibilitar o sucesso dos empreendimentos agrícolas na região, e com a nova territorialização dos povos, era possível também exercer controle sob seus movimentos de expansão e manutenção de sua cultura.

No Maranhão, o povo ficou pelas terras aos arredores dos rios Mearim e Pindaré, nos municípios de Viana, Matinha e Penalva, baixada maranhense, região que passou a ser visada por empreendedores da cana de açúcar e do algodão: em 1826, um dos processos em tramitação na Câmara dos Deputados do Império pedia autorização para transferir as terras a 30 colonos, que iriam agenciar o território. Os problemas seguiram desde então pela ambição dos projetos que tentam tomar a terra: no século XIX, autoridades locais e interessados nas terras moveram fraudes nos cartórios para oferecer o território ocupado pelo povo aos empreendimentos privados.

Em 1969, José Sarney, governador do Maranhão, sancionou a Lei 2.979, a Lei Sarney de Terras, abrindo leilões das terras públicas do Estado, incluindo territórios indígenas não demarcados, para favorecer o setor agrário. Décadas depois, no fim do século XX, foi dado como extinto pelo Estado. À época, o Maranhão já ocupava o pódio nos conflitos no campo, segundo dados do relatório *Conflitos no Campo*, da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Nos anos 90, o estado perdia para a Bahia no número de conflitos, mas era líder no número de pessoas fisicamente agredidas nesse processo: acumulava 76,27% (1.367) dos 1.793 casos registrados.

O cenário sociopolítico brasileiro e local baseou a violência brutal do latifúndio do Estado contra o povo Akroá Gamella. O aumento dos conflitos por terra e território no estado foi parte de um plano sistematizado para priorizar empreendimentos e o agronegócio ao custo de vidas indígenas. É o caso da tentativa de massacre sofrida pelo povo em 30 de abril de 2017 por fazendeiros e capatazes da região. Em setembro de 2024, sete anos depois, o povo sofreu outro ataque a tiros na Aldeia Cajueiro Piraí – na ocasião, estavam sem energia elétrica e projéteis de bala foram encontrados até mesmo nas camas onde dormiam.

Para o povo Kariú Kariri, o processo de apagamento por parte do estado foi semelhante. Na obra *Os Tapuias do Nordeste e a Monografia* (1934), Thomaz

Pompeu Sobrinho conta como o cronista Fernão Cardim relatou a presença de indígenas da grande família Cariri, que também eram chamados de Cariu, por perto do rio São Francisco. Os Kariris eram parte de uma nação chamada tapuia, descritos como rivais da nação dos falantes do tupi.

Durante o processo de colonização portuguesa, houve um intenso processo de remoção forçada dos Kariri de suas terras e o aldeamento, ato de concentrar essas comunidades em aldeias em novos territórios. O aldeamento foi feito inicialmente no sítio conhecido como Brejo, no atual município do Crato (CE), com forte presença dos frades capuchinhos, ordem religiosa franciscana, a partir do século XVIII. Com isso, os Kariris sofreram a violência catequizadora da igreja, perderam sua autonomia territorial e passaram por deslocamentos constantes causados por conflitos com colonos, sesmarias e expansão da pecuária.

Atualmente, o povo Kariú Kariri está presente nas seguintes regiões: no Ceará, ocupam o Vale do Cariri (Crato, Barbalha e Missão Velha), a Serra de Pereiro — onde se localiza o clã Kinkú —, além de núcleos familiares espalhados pela Região Metropolitana de Fortaleza, Vale do Jaguaribe, Centro-Sul e Sertão Central. Também há comunidades estabelecidas no Acre (em Marechal Thaumaturgo e cidades vizinhas), no Maranhão (em Estreito e São Luís), no Distrito Federal e em São Paulo.

O contexto das violências e do apagamento a esses povos os insere na leitura dos povos que estão em *retomada*. O termo vira também um ato político — traz o significado de reocupar territórios reais e culturais, reconstruir e manter a memória coletiva de um povo, se reafirmar vivo e resiliente. Trata-se do movimento de povos que vêm desafiando o apagamento histórico, dado pelo Estado, e se afirmando continuamente enquanto coletividade, articulando suas lutas e mobilizando estratégias próprias para exigir o reconhecimento de seus direitos e territórios.

Nem sempre o termo “retomada” é aceito pelas próprias lideranças indígenas. Para esta monografia, entrevistei Kariú (2025), comunicador do povo Kariú Kariri, que compartilhou uma reflexão crítica sobre o uso do termo. Ao ser questionado sobre o papel da retomada na produção de conhecimento, ele afirmou que sente a palavra como estigmatizante:

Todos os povos isolados, os povos que têm território, povos sem território, povos que vivem na cidade, todos estão em retomada de alguma coisa. Seja de direitos, seja da língua, seja da cultura, seja de uma forma de pensamento, de gerar a sua forma de pensamento no mundo. Então eu vejo de uma forma diferente, mas essa palavra tem uma concepção como se fosse pejorativa e que eu não gosto muito da retomada, eu não gosto muito dessa palavra, é como se a gente fosse inferior de alguma forma. (Amõkanewy, 2025)³

Essa fala me fez pensar sobre esse conceito da retomada perpétua. Um movimento que os povos têm feito repetidamente desde a chegada dos colonizadores da costa de Pindorama, que veio a se tornar o Brasil. Apesar da negação de seus direitos, das violências e apagamentos, estes povos persistem pelo movimento de suas próprias articulações para resistir. Esse movimento exige trabalho e o encontro de dinâmicas que façam sentido: tanto no caso do povo Akroá Gamella quanto no caso do povo Kariú Kariri do Maranhão, os povos optaram por dissolver o status do Cacique e atualmente tomam todas as decisões coletivas por meio do Conselho de Lideranças, instância de organização em que todos os integrantes do território participam das tomadas de decisão. O Conselho e outras reuniões, como as Assembleias, criam a possibilidade de debates mais abrangentes, mais organizados e planejados para a continuidade dos ideais do povo, inclusive por meio de ações comunicativas nas páginas dos coletivos de comunicação de cada território.

Os povos contam com o suporte de organizações, coletivos e movimentos sociais, indigenistas ou não e de diversos setores, para fazer a divulgação de suas pautas e de seu modo de vida. No caso do jornalismo alternativo, há o Jornal Tambor, transmitido via Youtube pela Agência Tambor, e o coletivo TV Quilombo, que possui expressivo engajamento nas redes sociais; na academia, contam com a ajuda de pesquisadores aliados e grupos de estudo como o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Questões Agrárias (Nera), o Grupo de Estudos Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA), o Núcleo de Estudos Geográficos da UFMA (Nego) e o Grupo de Estudos Trabalho Escravo e Comunicação (Getecom); e no campo social, contam com o suporte das pastorais sociais e de movimentos autônomos de construção coletiva, como a Teia dos Povos e Comunidades do Maranhão.

³ Em entrevista à autora.

A Teia dos Povos e Comunidades do Maranhão, movimento autônomo de povos indígenas, quilombolas e demais comunidades do estado organizado desde 2011, é um ótimo exemplo das potencialidades das redes sociais na ajuda mútua entre os diferentes atores sociais e os povos indígenas. Os dois povos, Akroá Gamella e Kariú Kariri, integram o movimento, que é *tecido* – verbo comumente utilizado ao se referir às atividades da Teia – por povos indígenas, quilombolas, sertanejos, pescadores artesanais, ribeirinhos, quebradeiras de coco, geraizeiros (termo dado às comunidades tradicionais que vivem na região dos Gerais, área de transição entre o Cerrado e a Caatinga, no norte de Minas Gerais e oeste da Bahia), organizações e movimentos sociais, incluindo grupos acadêmicos e apoiadores. A Teia se organiza em uma rede e une seus integrantes a partir de núcleos organizados por eixos, chamados de *esteios*: Educação, Comunicação, Relações de Gênero, Soberania Alimentar, Autogoverno, Economia dos Povos, Proteção e Autocuidado nos Territórios, Saúde e Crianças - Ciranda das Sementes.

As relações desenvolvidas no espaço da Teia se manifestam na celebração e fortalecimento dos núcleos de comunicação dos diversos territórios que compõem o movimento. Um dos recursos mais utilizados pela comunicação digital do movimento nesse processo é a ferramenta de colaboração do Instagram, que permite que uma mesma publicação apareça simultaneamente em dois perfis diferentes — o do autor original e o do colaborador. Esse recurso amplia o alcance das postagens e fortalece a rede, pois une diferentes territórios em torno de uma mesma mensagem ou pauta. Dessa forma, os núcleos contribuem entre si para que as reivindicações e a cultura de todos sejam ouvidas por meio do engajamento coletivo, seja durante atividades comuns a todos, como no Encontro, ou não.

No livro *Nas águas da resistência, recontamos nossas histórias* (2022), lançado coletivamente pelas organizações e lideranças que compõem a Teia, Leandro dos Santos Silva, da comunidade Cocalinho, de Parnarama (MA), descreve o esteio da comunicação como forma de resistência.

Os nossos tambores são uma forma de resistência dos nossos cantos, fazemos esses enfrentamentos com o Estado, os poderes públicos, dentro dos nossos territórios, fazemos nossas próprias retomadas dentro dos nossos territórios. Eu compreendo a comunicação na Teia como um espaço de fortalecimento, de autoproteção, definir e manter as nossas próprias estratégias de lutas, locais de reuniões, roda de conversa, para não ser alvo óbvios. (Lima *et al*, 2022, p. 126)

No contexto dos povos que sofreram a violência de um Estado que lhes negou o reconhecimento da existência, o suporte é fundamental na divulgação de suas pautas por meio de publicações nas páginas do Instagram, feitas pelos núcleos de comunicação de cada povo. Os povos não se limitam a publicar apenas nos perfis coletivos de comunicação: os integrantes do movimento também compartilham conteúdos em seus perfis pessoais, seus pequenos núcleos de micro influência.

3.3 As páginas do Instagram dos povos Akroá Gamella e Kariú Kariri

Atualmente, entre os dois coletivos, somente o povo Kariú Kariri possui páginas ativas em outras redes que integram a lista de sites e aplicativos mais acessados, como X, Facebook, TikTok e YouTube. No caso do povo Akroá Gamella, somente a página do Instagram está ativa. A escolha pela rede pode estar relacionada à centralização da plataforma nos recursos visuais — como imagem e vídeo — o que permite uma comunicação direta e acessível, colocando a palavra muitas vezes, depois da imagem. Isso contribui para que os conteúdos alcancem e possam ser produzidos por diferentes públicos, qualquer lugar ou povo, sem a barreira da língua, favorecendo a disseminação das mensagens de forma sensível e intuitiva, sem depender exclusivamente do texto escrito.

As páginas do Instagram de cada povo são: no caso do povo Akroá Gamella, o perfil [Coletivo Pihyy \(@coletivo_pihyy\)](#); e no povo Kariú Kariri, o perfil [Povo Kariú Kariri \(@povokariukariri\)](#) e [Indígenas Kariú Kariri \(@indigenaskariukariri\)](#), este último produzido pelo povo Kariú que está localizado no Maranhão.

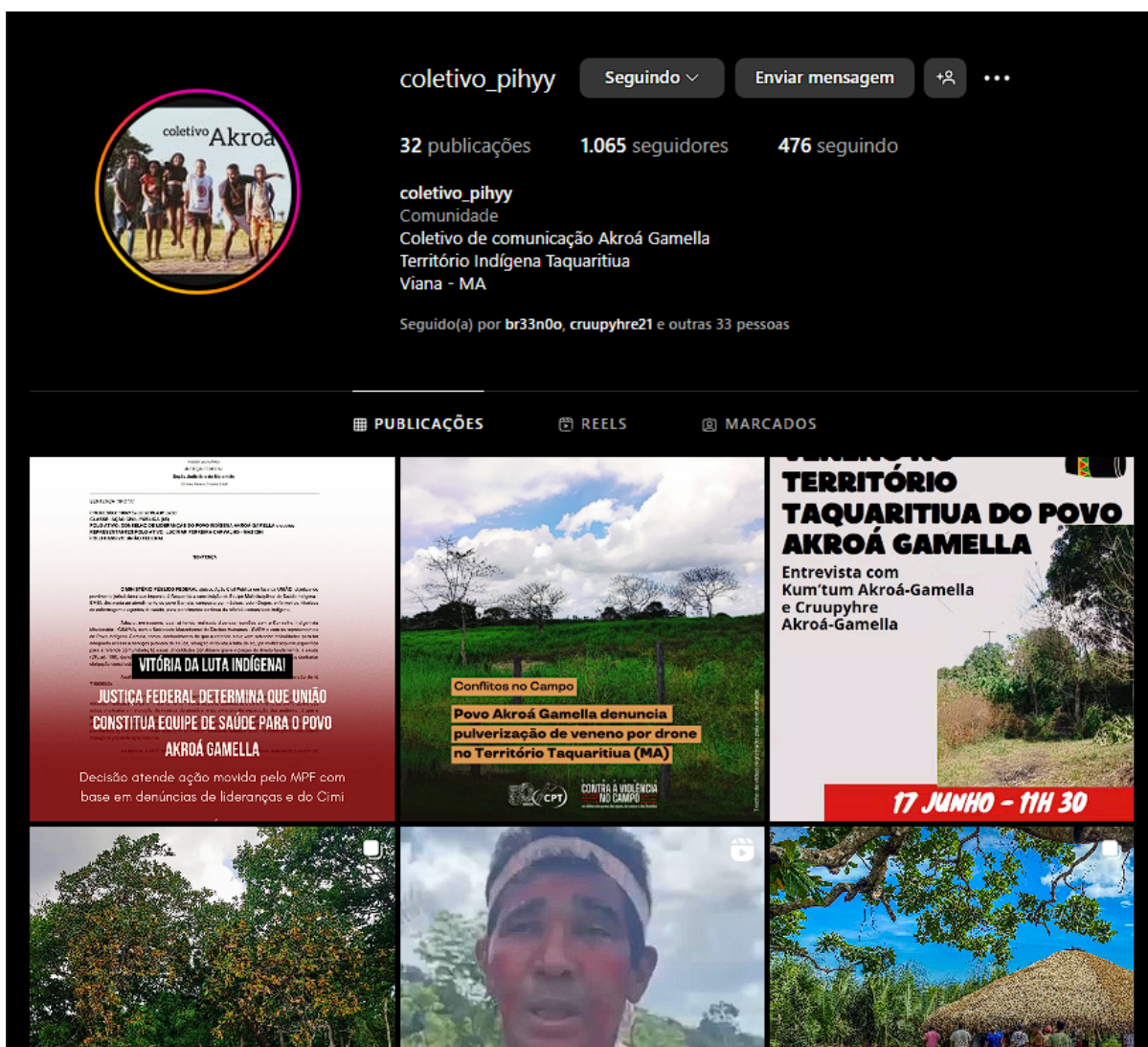
Segundo estudo movido pelas plataformas de pesquisa Mobile Time e Opinion Box⁴, o Instagram está em nove de dez smartphones no Brasil, e 57% dos usuários abrem o aplicativo várias vezes diariamente. Focar em uma só página é uma estratégia que pode simplificar o trabalho da produção, e a utilização de uma rede que reúne diversos recursos visuais colabora para a rapidez na disseminação de informações.

Serão consideradas nesta análise, que tem como base a metodologia da análise de conteúdo de Bauer e Gaskell (2008) e a análise da semiologia de Barthes (1990), as páginas @coletivo_pihyy e @indigenaskariukariri. Durante a produção

⁴ Disponível em: <<https://blog.opinionbox.com/pesquisa-instagram/>>. Acesso em 15 jun. 2025

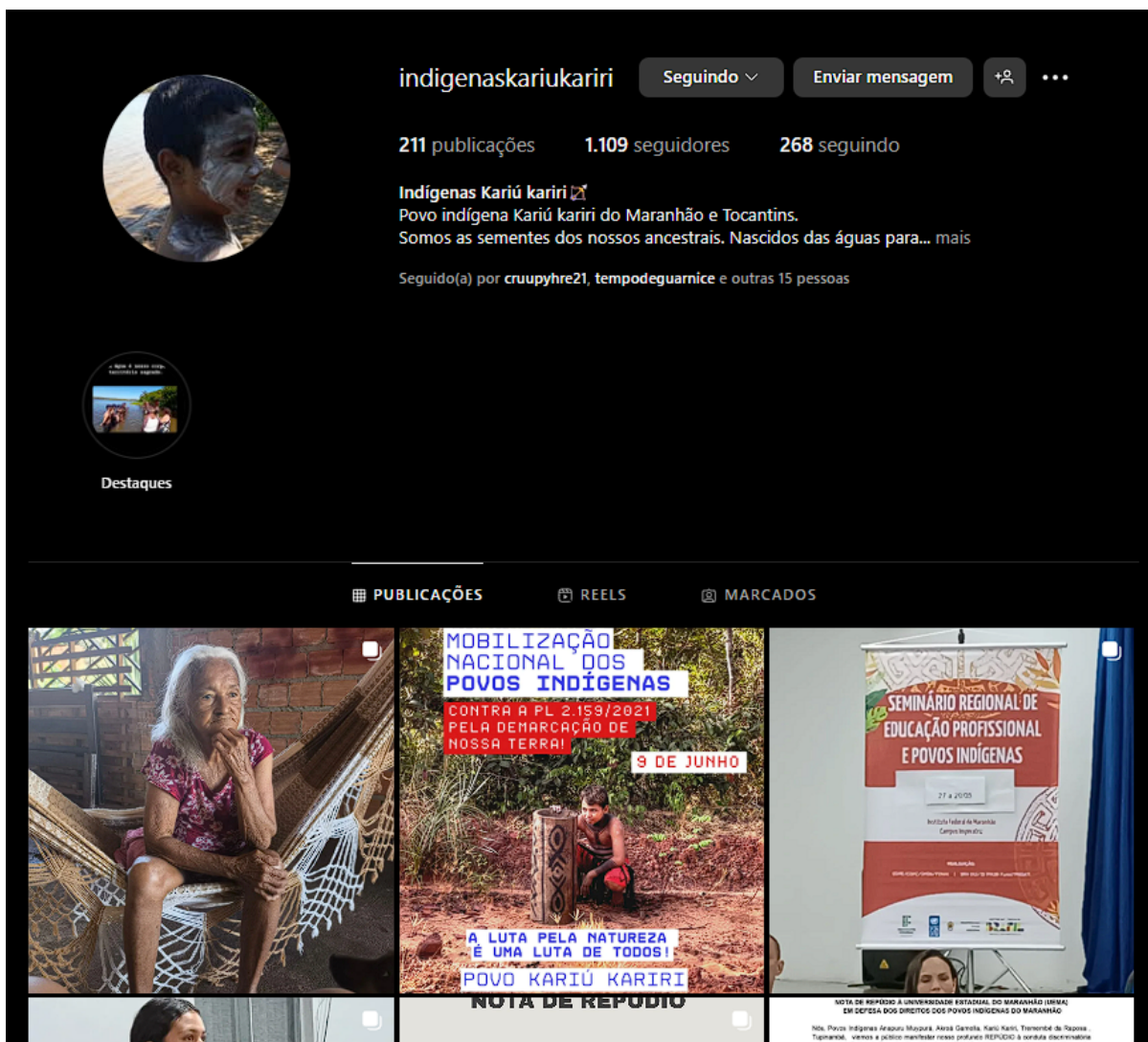
desta monografia, a página do povo Akroá Gamella conta com 32 publicações e 1.065 seguidores; a do povo Kariú Kariri, com 211 publicações e 1.109 seguidores. Os temas das publicações variam entre expressões da espiritualidade do povo, denúncias de violações ao território, realizações acadêmicas e no acesso a políticas públicas, mobilizações e celebração de rituais tradicionais de cada povo.

Figura 5 - Página do Instagram do Coletivo Pihyy



Fonte: Reprodução, 2025

Figura 6 - Página do Instagram dos Indígenas Kariú Kariri no Maranhão



Fonte: Reprodução, 2025

As páginas analisadas não fazem uso do recurso de "link na bio" — ou seja, a inserção de um link no perfil que redireciona o usuário para conteúdos fora do aplicativo. No entanto, páginas associadas, como o perfil do povo Kariú Kariri (@povokariukariri), que representa amplamente o povo distribuído em diferentes regiões do Brasil, utilizam esse recurso. Nesse caso, o link leva a um [agregador de links](#) que dá acesso aos perfis do Facebook e YouTube do povo, além de uma [pasta pública no Google Drive](#) com pesquisas e mapas sobre sua trajetória. Também é possível acessar, por meio da página, o blog [Retomada Kariú](#), que atualmente conta com uma publicação: um texto-manifesto contra o etnocídio que reafirma a existência do povo antes da invasão colonial.

Foi feita uma análise qualitativa das publicações autorais dos núcleos nas páginas do Coletivo Pihyy e Indígenas Kariú Kariri, em formato de foto ou vídeo, publicadas em 2024 e 2025, com foco em dois eixos principais: (1) conteúdos de resistência e cultura (modo de vida, tradições, história) e (2) conteúdos de mobilização e/ou denúncia. Também foram considerados: a presença de elementos visuais identitários, com base na semiologia (como grafismos, cantos), a estrutura e o conteúdo informativo das legendas (em português), com base na análise de conteúdo, o uso da língua indígena e estratégias de circulação (como hashtags e recursos de colaboração).

3.4 Análise do perfil do Coletivo Pihyy

O Coletivo Pihyy foi fundado em 2022 pelo povo Akroá Gamella a partir de uma formação para jovens comunicadores indígenas promovida pelo Cimi Regional Maranhão na Aldeia Cajueiro Piraí, no território Taquaritiua, realizada no mesmo ano. A página do Instagram do coletivo só passou a fazer publicações em abril de 2024. Em maio de 2025, tive a oportunidade de visitar o território e coletar uma entrevista com Akroá Gamella (2025), um dos mais proeminentes comunicadores do povo. Ele explicou que foi a formação que despertou o interesse dos jovens da comunidade, incluindo ele mesmo, no engajamento com a comunicação e com o recurso da fotografia sob os olhos do povo e de suas dinâmicas diárias no território.

Quando perguntei sobre o nome do coletivo, ele me falou sobre o pássaro Xéxeu. Disse que teve uma curiosidade durante uma vivência com outros povos indígenas — em conversa com uma liderança Gavião, perguntou como se chamava o pássaro Xexéu na língua deles e descobriu que o nome era “Pihyy” (pronunciado “pirrã”). O Xexéu chamou sua atenção: uma ave que fala, se comunica com diversos outros animais por meio do ecoar de seus sons, aprendeu a falar a língua da floresta para sobreviver. Comunicação simples, ampla, diversa e que respeita a circularidade da mata.

O Xexéu também constrói ninhos em grupo. Forma um conjunto, um coletivo que lembra uma aldeia suspensa, um desenho comunitário natural e autogerido, harmônico. Para Akroá Gamella (2025), essa imagem de uma “grande aldeia”, colaborativa e livre, dialoga diretamente com a proposta do coletivo que estava

nascendo na TI Taquaritiua: um espaço onde todos participam, trocam, aprendem e se fortalecem mutuamente. O nome foi escolhido pelo coletivo de forma unânime.

Atualmente com cinco integrantes ativos, o Coletivo Pihyy atua de forma colaborativa, dividindo as tarefas da fotografia, captação de vídeo, redação de textos e articulação com as Assembleias Indígenas do povo. Akroá Gamella (2025) explica que os comunicadores usam de equipamentos pessoais, como seus celulares e computadores, e conexões de internet de contratos pessoais para fazer o tratamento das postagens.

As reuniões ocorrem com frequência na “Casa Redonda”, espaço na aldeia Cajueiro Piraí destinado aos momentos de reunião e deliberação. Atualmente, o coletivo se prepara para ampliar sua atuação com uma nova divisão por setores territoriais, visando ter uma equipe de comunicadores em cada aldeia, conta o comunicador. A mudança teria como foco a cobertura das pautas locais com mais abrangência por todo o território, estimado em 237.747,8 hectares, segundo dados do Instituto Socioambiental (ISA).

Figura 7 - Casa redonda na aldeia Cajueiro Piraí



Fonte: Autora, 2025

A produção é bastante baseada na ritualística e na espiritualidade do povo, elementos visíveis nas publicações da página: focando no histórico de posts, é observável que a produção é mais ativa durante a cobertura do Ritual de Bilibeu, uma das principais festas do povo. Denúncias de violações aos seus direitos, como ataques, pulverização de veneno e invasões, e registros de atividades e manifestações que acontecem no território Taquaritiua fazem parte do conteúdo das publicações. Os posts exploram o uso do design, com cards de divulgação do Ritual de Bilibeu, e vídeos com depoimentos de lideranças. A página frequentemente usa do recurso da colaboração com instituições indigenistas.

Foram analisadas 31 publicações do perfil do Coletivo Pihyy no Instagram, datadas de abril de 2024 a junho de 2025, com base na metodologia da análise de conteúdo clássica. A análise envolveu uma classificação sistemática das variáveis, alinhada à proposta de Bauer, visando “destilar uma grande quantidade de material em uma descrição curta de algumas de suas características” (Bauer, 2008). O número de publicações mapeadas corresponde à totalidade das postagens disponíveis no perfil, o que revela que a estratégia de comunicação do coletivo não prioriza a alta frequência, mas sim o contexto e a relevância de cada conteúdo, conforme as decisões coletivas do território.

A frequência das postagens não segue uma ordem contínua, concentrando-se especialmente em torno do Ritual de Bilibeu, o que evidencia uma organização comunicacional pautada por ciclos, temas de relevância a todo o povo e eventos comunitários. Durante o ritual, o perfil publica conteúdos em formatos variados e com diferentes recursos visuais, como fotografias, montagens e vídeos com narração.

O mapeamento dos formatos busca ir além de uma abordagem descritiva baseada apenas na contagem de frequências. Propõe-se aqui uma análise transversal, em que os diferentes tipos de conteúdo funcionam como índices — padrões, sinais e relações causais — que apontam para dinâmicas específicas do território. Assim, os formatos e a composição das publicações revelam aspectos da cosmovisão, da organização social e das estratégias políticas do povo Akroá Gamella, sobretudo durante o Ritual de Bilibeu.

Tabela 1 - Análise das publicações na página do Coletivo Pihyy

Tipo de postagem	Número de posts	Conteúdos de Bem Viver e cultura	Conteúdos de mobilização e denúncia	Recursos de engajamento (por post)
Foto (Com e sem montagem)	21	11	10	Não (7), Sim (14)
Vídeo (Reels)	10	4	6	Não (5), Sim (5)
Total	31	15	16	

Fonte: Levantamento da autora, 2025

O Ritual do Bilibeu é realizado anualmente pelo povo durante o mês de abril e envolve cantos, rezas, a “corrida dos cachorros” e o erguimento de um mastro sagrado, ornado com frutas e bebidas para homenagear São Bilibeu, encantado associado às energias da cura e da fertilidade. O ponto alto do ritual é a corrida dos “cachorros de Bilibeu”, os homens jovens da aldeia que percorrem, correndo e carregando toras, o caminho entre as cinco aldeias do território para demarcar a terra com os próprios pés. Mulheres e crianças também participam do ritual.

Além da saudação ao encantado, o ritual também evoca a memória de um violento ataque sofrido em 30 de abril de 2017, quando cerca de 200 jagunços invadiram o território e atacaram pelo menos 30 indígenas, [segundo noticiou o jornal *The Intercept*](#) (2019) — o ataque não deixou mortos, mas algumas vítimas tiveram as mãos decepadas por facões e carregam as sequelas dos ataques pelo resto da vida. Após a tragédia, o Ritual de Bilibeu se tornou retomada, resistência e, em um dos cantos do povo, cantado em um dos vídeos de divulgação do Ritual publicado nas redes do coletivo no dia 2 de maio de 2024, eles agradecem: “São Bilibeu é nosso ancestral / protetor do povo Akroá Gamella / São Bilibeu nosso protetor / Nos livrou da morte em 30 de abril”.

A comunicação é parte crucial do fortalecimento do Ritual, e ainda que as publicações na página do coletivo sejam esparsas fora do contexto da cerimônia, as postagens associadas à festividade revelam o domínio dos comunicadores locais no planejamento, produção, edição e curadoria do conteúdo publicado. As publicações são produzidas com presença marcante de elementos que compõem a identidade e celebram a coletividade do povo, como a espiritualidade, a mobilização contra ataques aos direitos indígenas e referências à potência das mulheres no processo

do Ritual. Considerando métricas, a análise dos posts apontou que 6 publicações passam de 400 likes e 12 passam dos 200 likes. O post mais curtido tem vínculo com o ritual e conquistou 1.375 likes, mais do que o número de seguidores na página.

A linha do processo criativo do coletivo não apenas ilustra os acontecimentos, mas representa uma forma de comunicação que é, ao mesmo tempo, estética, política e relacional, abordando as nuances da terra. A escolha dos formatos e a composição visual das imagens revelam uma percepção sensível das linguagens digitais e as integram à luta do povo Akroá Gamella por autoafirmação e território.

Partindo da metodologia proposta por Barthes (1990), segundo a qual a significação de uma fotografia se dá na articulação entre a denotação – significado literal, direto e aparentemente neutro da imagem – e a conotação – significados simbólicos e culturais associados à imagem —, é possível perceber como a cobertura fotográfica do Ritual de Bilibeu opera em múltiplos níveis de leitura.

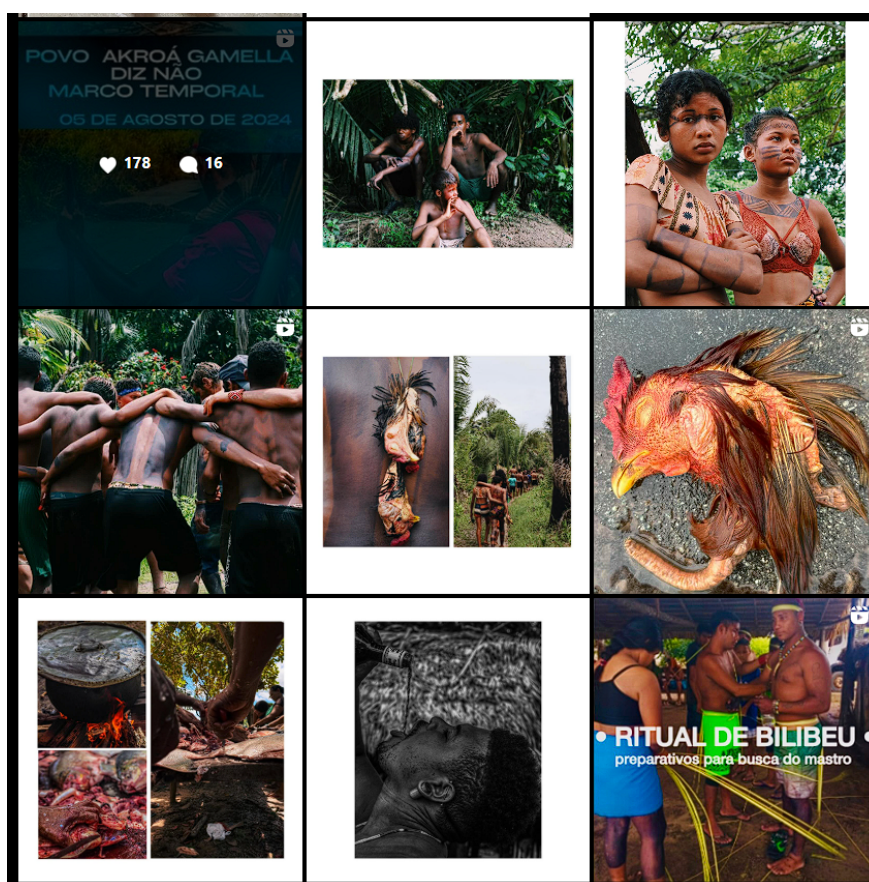
No nível da denotação, as imagens apresentam, de forma direta, a realização de um ritual indígena. Essa camada de significado — o reconhecimento do acontecimento como uma expressão cultural legítima — é importante para atrair o interesse inicial e gerar engajamento nas redes sociais, especialmente entre públicos não familiarizados com a realidade dos Akroá Gamella.

No entanto, é no nível da conotação, ativado pela organização sequencial das imagens no formato de carrossel e pelo uso estratégico da legenda, que se revela a dimensão mais profunda da narrativa visual: a continuidade e a resiliência do povo Akroá Gamella. A justaposição das fotos e dos textos cria um fio narrativo que permite contextualizar o ritual como prática de resistência, reconstrução coletiva e afirmação territorial após o ataque de 30 de abril.

Elementos como as cabeças decepadas das galinhas, as grossas toras de madeira carregadas nos ombros pelos cachorros de Bilibeu, a participação das crianças, os grafismos e os pequenos detalhes das muitas mãos que movimentam os dias do Ritual funcionam como signos potentes. Eles remetem à ideia do corpo-território, da conexão espiritual com a terra, da coletividade e da coragem das

lideranças. Enquanto a denotação apela a uma leitura cultural ampla, despertando o interesse superficial pelo ritual, é a conotação — os detalhes que tocam o espectador, como a prova da caça carregada no pescoço (as cabeças de galinha) ou as mulheres preparando o almoço — que rompe a distância e revela a potência emocional e simbólica da cobertura: um povo celebrando a vida protegida pelos encantados.

Figura 8 - *Feed* do Instagram do Coletivo Pihyy



Fonte: Reprodução, 2025

A análise das legendas mostra que, apesar dos posts terem caráter informativo, a maioria dos textos nas postagens não seguem a estrutura esperada de um *lead* jornalístico, com suas regras focadas na sintetização das informações consideradas mais importantes nesse processo. A informação aqui se organiza de outras formas, pensa outras narrativas, e nem por isso é maçante ou deixa de informar: prioriza a fala em voz coletiva, serve como canal para as denúncias e celebrações do povo. Os textos na legenda acompanham a produção visual de forma complementar ao que foi captado ali, muitas vezes contendo falas de

lideranças ou pequenos parágrafos que soam como poesia de resistência. A palavra, nesse contexto, aparece mais como autoafirmação do que como mera descrição dos fatos.

Quanto aos recursos de circulação, como hashtags ou colaborações, a maioria das postagens não as utiliza: 19 dos 31 posts analisados utilizam dos recursos. Entre os perfis mais convidados para colaboração estão organizações indigenistas e aliadas, como a CPT Maranhão e o Cimi Regional Maranhão, além de organizações de base indígena, como a Coordenação das Organizações e Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão (Coapima) e a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab).

A página é efetiva em articular as pautas do povo e usar dos recursos do Instagram para aumentar a rede de visibilidade dessas pautas – além do reforço dos vínculos com aliados por meio dos posts em colaboração com páginas parceiras, o coletivo consegue, por meio do perfil, emplacar suas denúncias e comemorações em sites de notícias jornalísticas, em função similar à assessoria de imprensa. A comunicação do povo se mostra parte crucial na luta pelo seu Bem Viver, em seu território.

3.5 Análise do perfil do Coletivo Kariú Wbymará

O coletivo Kariú Wbymará, do povo Kariú Kariri do Maranhão, está diretamente engajado na luta por visibilidade, dignidade e território de todo o povo. A produção é feita para publicação na página do Instagram “Indígenas Kariú Kariri” (@indigenaskariukariri), direcionada às pautas e denúncias do povo no Maranhão, com colaborações frequentes na página “Povo Kariú Kariri” (@povokariukariri), destinada a toda à comunidade de indígenas Kariú Kariri, que está espalhada nos estados do Maranhão, Tocantins, Ceará, Acre, São Paulo e Distrito Federal.

Entrevistei Kariú (2025), comunicador do povo, por áudios do Whatsapp. Ele me explicou que a página @indigenaskariukariri é mantida por cerca de cinco comunicadores e comunicadoras do território Kariú Kariri, ainda não demarcado, em Estreito e São Luís (MA). Os integrantes do coletivo fazem a produção de forma colaborativa, na articulação de registros audiovisuais, redação de textos e divulgação das ações do povo. Ele destaca que o processo da produção é pensado

partindo de uma perspectiva originária: não como reprodução de um formato ocidental, mas como uma expressão da coletividade, da ancestralidade e da resistência que atravessa o povo.

Foram analisadas 43 publicações da página do Instagram @indigenaskariukariri, produzidas por integrantes do coletivo Kariú Wbymará e publicadas entre janeiro de 2024 e junho de 2025. A abordagem metodológica foi a análise de conteúdo, segundo Bauer e Gaskell (2008). O perfil é ativo, com alta frequência de postagens, e a análise dos seus procedimentos sintáticos — o "como algo é dito ou escrito" (Bauer, 2008, p. 192-193) — revela um uso recorrente da língua materna Kariú Kariri, o Dzubukuá-Kipeá, e um forte apelo a recursos visuais, como cards temáticos. Esses elementos sintáticos são cruciais para entender a cosmovisão do coletivo.

O conteúdo foca na divulgação das pautas e mobilizações do povo, como incidências em órgãos públicos e participação em mobilizações nacionais. A maioria das publicações são vídeos (23) e fotos (21), indicando uma rica variedade de formatos. A análise não se limita a um estudo puramente descritivo de frequências, mas busca, através de uma leitura transseccional, comparar os diferentes tipos de conteúdo para identificar padrões, como na leitura da página do Coletivo Pihyy. Na página do Coletivo Kariú Wbymará, a divisão equilibrada entre posts de resistência cultural e Bem Viver (24) e os de denúncia ou mobilização (20) funciona como um índice da dupla estratégia do povo: fortalecer a identidade interna e, ao mesmo tempo, projetar suas lutas para o exterior. Em vez de comparar com um padrão externo (análise normativa), a análise transseccional é aplicada dentro do próprio perfil, tratando as diferentes categorias de conteúdo ("Bem Viver e cultura", "mobilização e denúncia") como "contextos" distintos. Isso permite comparar como a linguagem, os formatos e os recursos de engajamento variam entre os diferentes tipos de pauta abordados pelo coletivo.

Tabela 2 - Análise das publicações na página Indígenas Kariú Kariri

Tipo de postagem	Número de posts	Conteúdos de Bem Viver e cultura	Conteúdos de mobilização e denúncia	Recursos de engajamento (por post)
Fotos (Incluindo posts com fotos e vídeos)	22	9	13	Não (18), Sim (4)

Vídeo (Reels)	21	13	8	Não (2), Sim (3)
Total	43	22	21	

Fonte: Levantamento da autora, 2025

Figura 9 - *Feed* do perfil Indígenas Kariú Kariri



Fonte: Reprodução, 2025

Apesar de publicizar as preparações e algumas cenas de seus rituais, Kariú (2025) me conta que o povo prefere manter a discrição quanto aos seus rituais: não é permitido que não-indígenas frequentem as festas e a divulgação dos rituais é regrada, decidida coletivamente nas instâncias do Conselho de Lideranças.

Uma das características que o povo Kariú Kariri não esconde é a sua língua materna. Em 9 dos 43 posts analisados, o texto que acompanhava as imagens era totalmente na língua Dzubukuá-Kipeá. Aqui, a mensagem linguística, no sentido barthesiano, opera de forma dupla e estratégica. Para o público interno, ela funciona

como uma forma de ancoragem, fixando o sentido da imagem e fortalecendo a comunicação interna, popular, do povo. Para o público externo, no entanto, o texto em si se torna parte da mensagem icônica conotada: sua presença, indecifrável para a maioria, é um poderoso símbolo visual que conota autonomia, resistência cultural e soberania. A comunicação digital dos Kariú Kariri, organizada em páginas regionais como @povokariukariri, @indigenaskariukariri e @kariukariri.acre, reforça essa estratégia de falar simultaneamente para dentro e para fora.

No caso da página do Maranhão, as publicações sobre rituais, acompanhadas de legendas na língua materna, exemplificam essa dupla função, permitindo a divulgação ao público interno e, ao mesmo tempo, afirmando sua identidade única para o público em geral.

O grafismo tradicional, ou mèká — que na língua materna significa tanto "escrita" quanto "fala" —, aparece como um elemento central na retórica visual do coletivo. Cada mèká está vinculado a um contexto específico, seja em rituais, pedidos de proteção ou celebrações. Na análise guiada pelas ideias barthesianas, o grafismo é o significante da mais rica mensagem conotada. Enquanto sua denotação é a de um "desenho" ou "inscrição", sua conotação evoca um universo de significados: um sistema de escrita próprio, a inseparabilidade entre o oral e o visual, e um conhecimento ancestral. Mesmo uma imagem sem legenda, mas que contém um mèká, comunica algo profundo para quem reconhece seus detalhes.

Quando a imagem conta com o grafismo, o post ganha um novo recurso comunicativo, destacando-se por sua potencialidade de comunicar tanto quanto, ou até mais, do que o texto. Conforme explicou Kariú (2025), alguns grafismos não podem ser decifrados por quem não é do povo. Eles são códigos ancestrais e espirituais que expressam mais do que palavras poderiam dizer. Essa opacidade deliberada é a mais forte afirmação retórica: ela recusa a transparência total ao olhar externo, posicionando a cultura Kariú Kariri longe de um olhar estigmatizante, mas como o ato soberano de exercer seu próprio saber.

Figura 10 - Exemplo de publicação com uso do grafismo



Fonte: Reprodução, 2025

Entre os recursos de compartilhamento, o coletivo utiliza da colaboração entre as páginas da nação Kariú Kariri, de comunicadores do coletivo Kariú Wbymará, como o próprio Kariú (2025), hashtags e da veiculação do link dos posts em grupos de Whatsapp, com publicações no Facebook também.

A espiritualidade e o direito ao território também aparecem como temas centrais. O coletivo articula sua produção para denunciar a ausência de políticas públicas, como saúde e educação; a morosidade da Funai no andamento de seu processo de demarcação; e o apagamento sistemático perpetuado pelos órgãos e instituições públicas. Kariú (2025) descreve essa comunicação que está mesclada à luta como não apenas denúncia, mas ação efetiva: os vídeos, fotos e textos são flechas lançadas, armas simbólicas na luta pela existência.

O coletivo trabalha atualmente sem apoio institucional, com os próprios celulares e equipamentos pessoais. Suas reuniões ocorrem de forma coletiva, seus comunicadores já se articulam para expandir a atuação para outras formas de produção. Novas atividades vêm sendo desempenhadas entre os comunicadores para articular produções audiovisuais e cinema. Um filme já saiu das articulações: o

curta [“Bënhekié” \(2024\)](#), produzido no território Kariú Kariri do Acre e disponível no Youtube. Bënhekié, que em português significa “brincar”, engloba as crianças na produção comunicativa do povo e passa a forte mensagem do coletivo – de que a existência do povo Kariú Kariri é garantida pela formação das crianças indígenas. Reforçar o ensino de sua cultura e o fortalecimento de sua autoestima é garantir a continuidade da tradição do povo.

4. Oportunidades e desafios na comunicação dos povos Akroá Gamella e Kariú Kariri

A análise do conteúdo das páginas dos coletivos convida à reflexão sobre o ambiente digital como um território a ser demarcado por esses povos em uma sociedade cada vez mais hipermidiática, onde as narrativas são diversas, acessíveis e se conectam com o mundo de maneiras muito diferentes das de décadas atrás. A atual maré de inovações tecnológicas informacionais — como smartphones, computadores pessoais e dispositivos de áudio — torna mais fácil produzir uma comunicação de impacto local. Se antes era necessário dispor de contatos, conexões e meios específicos para acessar uma fonte pública — privilégio muitas vezes restrito a profissionais inseridos em grandes redações —, hoje é possível estabelecer uma linha direta com instituições e figuras públicas por meio de seus perfis em redes sociais ou, ao menos, por um endereço de e-mail.

A velocidade com que a informação circula nas redes sociais permite que o usuário vá além do papel de mero consumidor: ele passa a utilizar o conteúdo que consome para orientar seu voto, suas leituras e as ideias que compartilha em rodas de conversa, no trabalho e em família. Com acesso a fontes públicas, recursos para produzir conteúdo digital, conexão e as plataformas necessárias, é possível que pautas de relevância local — especialmente nas periferias urbanas e rurais — sejam apuradas e divulgadas de forma autônoma, por meio de processos próprios de checagem, entrevistas e coleta de dados diretamente nos territórios.

A acessibilidade no contato com organizações, instituições e figuras públicas que possam oferecer algum suporte fornece aos povos marginalizados a chance de tomar as rédeas de sua própria comunicação popular — em redes como o Instagram, o Facebook e até mesmo aplicativos focados na troca de mensagens, como o Whatsapp, acontecimentos em territórios de povos e comunidades que encontram dificuldades em conseguir o apoio da mídia hegemônica podem ser divulgados para um público que pode dar suporte tanto no engajamento dessas publicações quanto nos resultados dessa comunicação para além do âmbito digital.

Percebo que o público das redes constitui um microcosmos, e nesse microcosmos as interações conseguem tecer conexões e relações que interagem e

transformam o mundo real. No âmbito digital é possível conectar uma rede ampla de usuários em prol de um mesmo assunto, uma mesma causa, um mesmo objetivo, de forma a lhe cativar ou lhe enfurecer. E não são tudo flores: é claro que as redes podem servir para intenções terríveis, como a propagação de desinformação em massa — a exemplo das eleições de 2018, quando o WhatsApp foi usado para disseminar fake news como a da “mamadeira de piroca”, alimentando uma campanha de ódio moral contra a esquerda e pautas de gênero. Além das bolhas sociais e do imediatismo na circulação dessas informações possibilitado por essas plataformas, o sistema de engajamento e algoritmo, adotado pelas mesmas redes sociais, qualifica a atenção e a ação do compartilhamento ou curtida como recurso que recompensa as publicações que causam reações, independente do conteúdo da publicação.

Na publicação *Caderno de Comunicação para o Ativismo* (2013), a Escola de Ativismo fala sobre a necessidade da construção de uma comunicação digital que considere a disputa pela narrativa como um processo que se iguala à disputa “pelo imaginário das pessoas, e neste processo é fundamental estruturar sua história de um ponto de vista envolvente e desafiador”. A comunicação produzida pelos coletivos indígenas analisados não é diferente: dialoga processos do território para milhares de pessoas no âmbito digital, se articula em redes para alcançar maiores públicos e, por meio dessa articulação, consegue “emplacar” notícias em veículos de comunicação de cobertura nacional.

Para identificar as potencialidades da comunicação digital dos povos Akroá Gamella e Kariú Kariri, realizei um levantamento das notícias que citam ou divulgam conteúdos produzidos ou intermediados pelos coletivos de comunicação de cada território. A coleta abrange veículos jornalísticos, sites de organizações parceiras e perfis de comunicação local via Instagram (como o Alfinetei Viana e Jailson Mendes da Baixada). Perfis de impacto local, como estes citados, têm relevância em cidades de baixa densidade demográfica — o perfil Alfinetei Viana, por exemplo, contém 70,2 mil seguidores em junho de 2025, quando escrevo esse texto, enquanto a população do município de Viana tem um total de 51.442 habitantes, de acordo com o Censo de 2022 do IBGE.

As notícias foram classificadas de acordo com seu teor — denúncia, cultura ou mobilização — e com seu alcance — local, estadual, regional, nacional ou internacional. A análise foi organizada em ordem cronológica, considerando como marco inicial o ano de criação de cada coletivo: 2022 para o Coletivo Pihyy e 2021 para o Coletivo Kariú Wbymará.

4.1 Um contexto geral da comunicação indígena no Maranhão

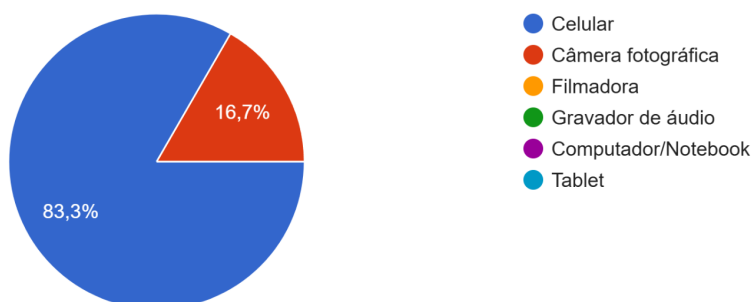
Entre março e abril, convidei alguns dos jovens que compõem a rede de comunicadores indígenas participantes da II e III Oficina de Comunicação para Jovens Indígenas — duas formações oferecidas pelo Cimi [em julho](#) e [novembro de 2024](#), respectivamente — para responderem a um formulário sobre suas produções locais. O questionário foi criado via Google Forms e veiculado por meio do WhatsApp para 18 jovens comunicadores dos povos Akroá Gamella (1), Anapuru Muypurá (2), Guajajara (5), Kariú Kariri (2), Krikati (1) e Memörtumré Canela (7). As perguntas e alternativas disponibilizadas (ver Apêndice F) abordaram temas como o tipo de equipamento utilizado na produção, principais desafios no território, formas de acesso à internet, formatos e aplicativos utilizados, referências e inspirações na comunicação.

A partir dos dados coletados na pesquisa, é possível delinear um panorama das condições atuais de produção midiática entre os povos indígenas do estado. Entre as principais potencialidades, destaca-se o uso do celular: em 15 das 18 respostas, os comunicadores indicaram o smartphone como principal ferramenta de produção de conteúdo para comunicação digital, enquanto 3 apontaram a câmera fotográfica. A pesquisa também revelou que, em 9 dos casos, o equipamento é de uso pessoal; em 8, de uso coletivo; e em 1 caso, pessoal e institucional. O dado abre precedentes para a hipótese de que o acesso aos celulares é, ainda, um processo em curso que pode ter sido acentuado pela ação de organizações indígenas e indigenistas com atividades de formação de novos comunicadores indígenas, como o ATL e as oficinas de comunicação.

Figura 11 - Equipamentos mais utilizados

Quais equipamentos você usa para produzir conteúdo?

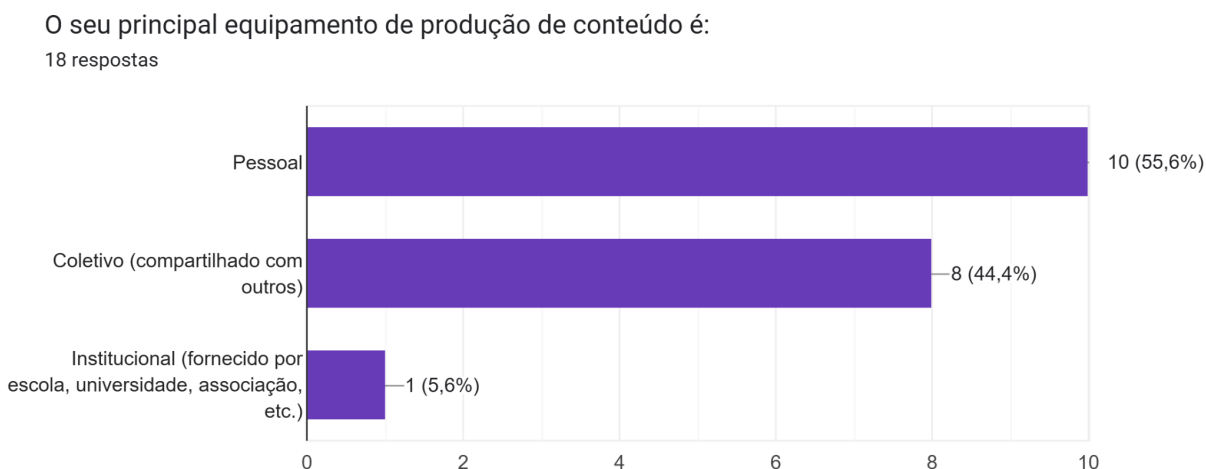
18 respostas



Fonte: Pesquisa conduzida pela autora em março e abril; 2025

O celular, assim, se consolida como o principal meio de produção audiovisual e fotográfica, viabilizando a criação de conteúdos multimídia mesmo em contextos de baixa infraestrutura. Essa tendência dialoga com o que Souza e Silva (2021) descrevem como jornalismo móvel (*mobile journalism*), um campo emergente em que os dispositivos móveis não apenas substituem as tecnologias mais antigas e pouco portáteis, mas criam novas possibilidades de fazer um trabalho jornalístico, com maior autonomia, flexibilidade e portabilidade. No contexto das juventudes indígenas, o uso do celular ultrapassa a dimensão técnica: ele se transforma em instrumento de enunciação, resistência e territorialidade discursiva.

Figura 12 - Esfera de uso dos equipamentos



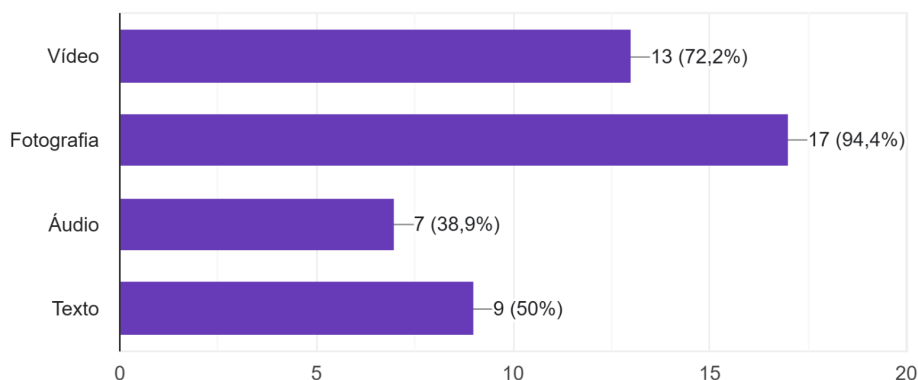
Fonte: Pesquisa conduzida pela autora em março e abril; 2025

A pluralidade de formatos produzidos — incluindo vídeos, fotografias, textos e áudios — evidencia a capacidade desses comunicadores de construir narrativas complexas no audiovisual e na fotografia. Eles exploram diferentes abordagens de linguagem e recursos visuais, capazes de dialogar com diversos públicos. Entre os 18 comunicadores, 7 utilizam os equipamentos para produzir vídeos, fotografias, áudios e textos; 5 os utilizam apenas para fotografias; 3 para vídeos e fotografias; 2 para vídeos, fotografias e textos; e 1 exclusivamente para vídeo.

Figura 13 - Formatos de conteúdo mais produzidos

Para qual formato de conteúdo você mais utiliza esses equipamentos? (Marque todas as opções que se aplicam)

18 respostas



Fonte: Pesquisa conduzida pela autora em março e abril; 2025

Aplicativos gratuitos de edição de vídeos e imagens, como CapCut, Canva, InShot e Kinemaster, são amplamente utilizados pelos comunicadores. Destes, o CapCut se destaca: é utilizado por 15 dos 18 participantes da pesquisa, fator que aponta para a familiaridade técnica das lideranças para o uso criativo dos recursos. Ter o domínio prático de aplicativos de produção de mídia, somada ao uso de redes sociais e plataformas digitais, possibilita a ampliação da visibilidade das causas de relevância local, como nos territórios, e fortalece a articulação entre os povos, seus *parentes* e organizações parceiras. Comunicadores indígenas de referência — como os fotógrafos Genilson Guajajara, Edgar Xakriabá e André Guajajara, além da artista visual Gê Viana — foram mencionados como fontes de inspiração para a produção dos coletivos de cada povo.

Por outro lado, a pesquisa também revelou desafios perpetrados pela falha na comunicação como política pública, na garantia dos direitos indígenas e na inclusão digital. A carência de equipamentos adequados é apontada pela maioria dos respondentes como o principal obstáculo para a continuidade e qualificação das produções (83,3%), seguido do custo elevado para manter esses equipamentos (11,1%) e, por fim, obstáculos na conectividade de internet (5,6%). Essa limitação material restringe o potencial criativo e técnico das iniciativas, sobretudo quando

somada às dificuldades de acesso à internet. Grande parte dos comunicadores depende de redes comunitárias ou públicas, o que compromete a estabilidade da conexão e dificulta tanto a produção quanto a distribuição de conteúdos.

Figura 14 - Principais desafios na produção de conteúdo



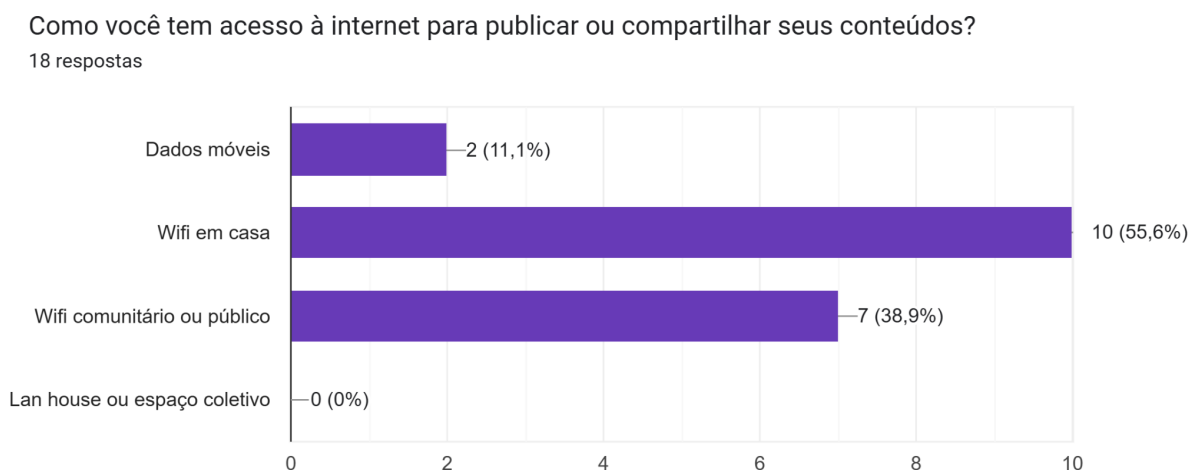
Fonte: Pesquisa conduzida pela autora em março e abril; 2025

Adicionalmente, a dependência de ferramentas gratuitas limita o acesso a funcionalidades mais robustas de edição e finalização. Isso evidencia a urgência por políticas públicas que apoiem financeiramente essas iniciativas, promovam formação técnica e garantam infraestrutura digital básica nos territórios indígenas. Nesse sentido, políticas como o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014), que reconhece o acesso à internet como essencial ao exercício da cidadania, e a Lei nº 14.172/2021, que destina recursos à conectividade em escolas públicas — incluindo indígenas —, são importantes pontos de partida, ainda que sua implementação seja limitada e desigual. Programas como o Wi-Fi Brasil, que leva conexão via satélite a áreas remotas, também podem beneficiar aldeias, mas dependem da mobilização de atores públicos locais, como a Prefeitura do município onde o território se localiza, escolas indígenas e instituições de defesa dos direitos indígenas, como o Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI).

O Brasil também é signatário da Convenção 169 da OIT, que garante o direito dos povos indígenas à comunicação em suas próprias línguas e meios de vida. É importante reforçar o dever do Estado de apoiar essas práticas com políticas

públicas estruturantes – uma política nacional de comunicação, a exemplo de países como Equador, Bolívia e França, poderia ser um dos passos institucionais centrais na garantia do acesso à meios de comunicação em territórios indígenas localizados no país, contando que este plano fosse construído com a ajuda das organizações e lideranças.

Figura 15 - Acesso à internet nos territórios indígenas



Fonte: Pesquisa conduzida pela autora em março e abril; 2025

Mesmo diante das dificuldades, os comunicadores demonstram aptidão e visão crítica para a comunicação — e relatam como esse processo os formou enquanto comunicadores indígenas. Na última pergunta do formulário, de resposta opcional, pedi que compartilhassem um momento marcante em suas trajetórias. Algumas das respostas foram: “Uma experiência incrível foi ter feito a cobertura do Acampamento Terra Livre 2025, em Brasília”; “A vacinação contra a covid no território”; “A produção de um filme todo na língua” e “Uma vez participei de uma produção de documentário pelo Museu da Pessoa, em que pude gravar minha avó. Foi uma experiência incrível, na qual ouvi muitas histórias e aprendi quem foram os primeiros fundadores da minha aldeia”.

A produção de um filme na língua materna; a realização de um documentário que permitiu conhecer melhor a própria avó e os passos de quem pisou antes naquele território; a cobertura de um evento autônomo que reuniu povos indígenas de todos os biomas — essas experiências geram e fortalecem resultados

em um ciclo contínuo de coaprendizado. Trata-se de uma produção etno-midiática feita por indígenas para indígenas, mas também acessível a qualquer pessoa disposta a ver e escutar. É o fortalecimento das próprias raízes, criando e absorvendo sentidos a partir da fala de uma anciã, enquanto se produz um conteúdo que contribui para garantir a permanência da cultura frente ao apagamento racista. É o tecimento de uma ampla rede de mobilização, capaz de formar comunicadores especialistas por meio da troca de experiências, da criação de vínculos e da produção de peças de mídia que alcançam milhares de pessoas em diversas plataformas digitais — formando, assim, comunicadores preparados para manter viva essa produção ao retornarem aos seus territórios, criando relações autônomas na produção e na divulgação da comunicação.

A autonomia parece, inclusive, ser uma das palavras centrais na comunicação dos povos Akroá Gamella e Kariú Kariri. Além da participação em movimentos como a Teia de Povos e Comunidades do Maranhão, dentro de seus territórios as comunidades optam por não se organizarem sob a orientação da figura de um cacique. Na nossa entrevista, Akroá Gamella (2025) explicou que essa escolha foi inspirada pela observação de outras realidades: “O cacique fica muito centralizado (...). Muitas lideranças às vezes se perdem no meio do caminho. Aí com o conselho, não, são várias pessoas”. Ele destaca ainda que a estrutura coletiva protege contra ameaças e amplia a participação de todos no território: “Eles procuram o cacique justamente para ameaçar ou até tirar a vida da pessoa”.

Já Kariú (2025), também em entrevista, afirma que, no território Kariú Kariri, “a gente se organiza de forma unilateral, onde todos trabalham juntos e todas as vozes merecem ser escutadas”. Ele também denuncia que o próprio Estado prefere lidar com uma única liderança para facilitar o controle: “O Estado não quer falar com todos, ele quer falar com uma pessoa só, porque é muito mais fácil de manipular” (Kariú, 2025). Essa recusa em adotar uma estrutura hierárquica, muitas vezes esperada por agentes externos, traduz uma aposta política e ética na coletividade, no diálogo e na corresponsabilidade como princípios organizativos e comunicacionais.

Acho interessante que tenha sido justamente em um território autônomo e de maioria indígena, Chiapas, no México, uma das primeiras experiências com o

ciberativismo e a etnomídia digital: o blog Enlace Zapatista, criado pelos indígenas zapatistas do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) em 2005. A iniciativa de utilizar a rede de computadores veio após a reflexão de que eram necessárias estratégias inovadoras de mobilização em 1994, quando os zapatistas lutavam por autonomia e reconhecimento de seu território. O contexto é bem parecido para os povos Akroá Gamella e Kariú Kariri, que se organizam de formas semelhantes e com objetivos semelhantes, centrando a produção da comunicação para as páginas e atividades com o povo.

4.2 Oportunidades na comunicação dos povos Akroá Gamella e Kariú Kariri

A produção da comunicação indígena pode garantir aos povos a visibilidade necessária em contextos difíceis. Suas produções locais, nos territórios, se publicadas em uma plataforma ou compartilhadas com parceiros, podem chegar a novos públicos cada vez mais distantes – dando a amplitude necessária para pautas que podem definir o bem estar e a segurança da comunidade. De veículos jornalísticos a salões de arte, as oportunidades da comunicação indígena são baseadas em sua relevância comunitária, sua rede de mobilização e da própria produção, que, preferencialmente, deve ser multi formatada.

Para esta etapa da pesquisa, fiz o levantamento de 47 publicações que mencionam ou abordam ativamente pautas do povo Akroá Gamella e 12 que mencionam ou abordam ativamente o povo Kariú Kariri, feitas em veículos de jornalismo local e nacional, além de sites de organizações parceiras, em ordem cronográfica. Vale destacar, antes de tudo, que toda articulação que possa ser representada como uma forma de assessoria de imprensa dos povos – interação com jornalistas, compartilhamento de imagens do banco de imagens do povo ou intermédio de entrevistas – são decididas coletivamente. Com isso, os indígenas fortalecem também a sua figura pública: apesar da morosidade jurídica que lhes impede de suspirar aliviados com seus territórios demarcados, foi a articulação e comunicação que garantiu com que fossem vistos em momentos dramáticos. No caso do Coletivo Pihyy, as notícias foram selecionadas a partir de 2022, ano em que o grupo foi criado e passou a se articular com parceiros e jornalistas.

Para o clipping foram consideradas notícias em veículos de relevância nacional, estadual, regional e local, contando jornais, blogs e páginas do Instagram

de coletivos de comunicação, como a TV Comunidades, e perfis de relevância local, como Alfinetei Viana e Jailson Mendes da Baixada. Com base nos dados, demonstra presença significativa em notícias de relevância nacional (20 das 47 ocorrências). Isso indica uma oportunidade clara para amplificar suas vozes e pautas em um cenário mais amplo. A visibilidade nacional pode ser estratégica para angariar apoio, sensibilizar a opinião pública e pressionar por políticas públicas que beneficiem a comunidade, como o andamento nos processos demarcatórios. É o caso da reportagem [Os Akroá-Gamella resistem e lutam por reconhecimento](#) (2022), produzida pelo jornalismo ambiental da O Eco. A matéria articula sobre o cenário sócio-político no qual o povo está inserido, entrevista lideranças e contém imagens capturadas pelo próprio povo para ilustrar o texto.

Figura 16 - Manchete do jornal O Eco sobre os Akroá Gamella



Fonte: Reprodução, 2025

Também categorizei as notícias em pautas positivas (divulgação da mobilização do povo, novidades na busca por direitos, celebração da cultura Akroá Gamella) e pautas de denúncia (violações de direitos, relatos de violência) para entender quais pautas do povo ganham mais amplitude do interesse público e dos veículos de comunicação. A categorização das 47 notícias revelou que 25 foram pautas negativas, relacionadas a contextos difíceis para o povo, e 22 foram pautas positivas, de celebração de conquistas, atividades do Ritual de Bilibeu ou andamento na garantia de seus direitos junto a órgãos públicos, temas que geram visibilidade. É perceptível que a divulgação de seus modos de vida, como cenas dos Rituais, são as produções favoritas do setor jornalístico e do público – a produção do cotidiano do território pode ser vista como opção valiosa no fortalecimento de sua

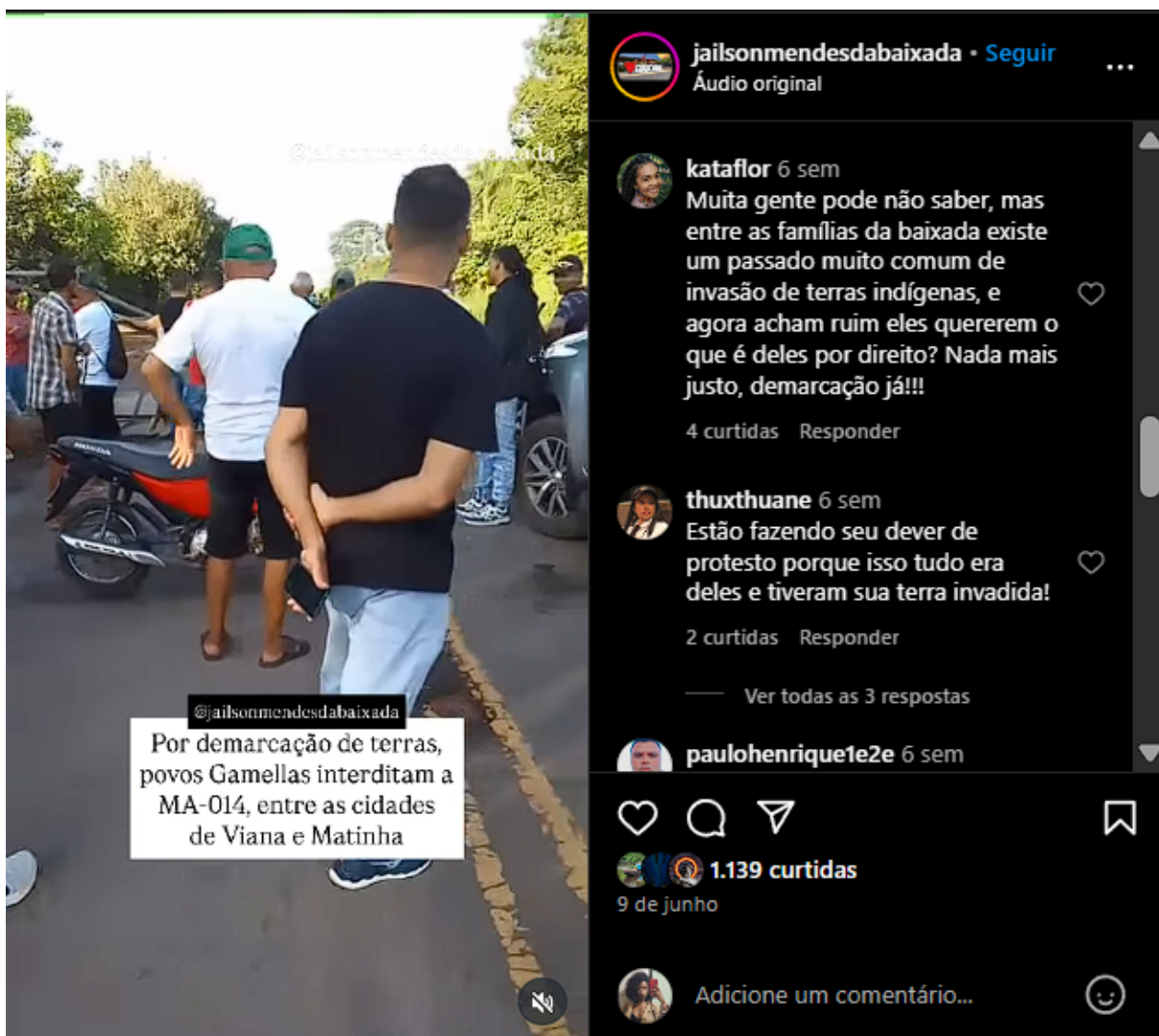
identidade e no protagonismo, principalmente quando a produção do povo integra veículos de impacto local. Promover o intercâmbio cultural com a sociedade, especialmente a nível municipal, pode gerar interesse positivo, desmistificar preconceitos e construir pontes de diálogo e respeito.

O impacto local é uma das maiores oportunidades: a página de comunicação hiperlocal Jailson Mendes da Baixada, por exemplo, tem 179 mil seguidores e altos níveis de engajamento entre seu público — com média de 1.018 likes a cada publicação. A partir daí, é importante entender as dinâmicas do like nas redes sociais: com a curtida, o usuário sinaliza para a plataforma e para seus seguidores a publicação que considera relevante, e com isso, a publicação alcança mais público. Sob essas métricas, o alcance e a visibilidade dos conteúdos se tornam diretamente influenciados pelos algoritmos – o like deixa de ser apenas um gesto de aprovação ou afeto, mas uma ferramenta de ranqueamento dentro das plataformas, influenciando o que será visto, por quem, e por quanto tempo. Como destaca Freitas et al. (2016), em uma análise sobre o funcionamento do Instagram:

A proposta é que o algoritmo se estenda pelo Feed de fotos, modificando a ordem cronológica das postagens de acordo com as interações decorrentes entre os usuários. Dessa forma, eles julgam que será possível criar uma relevância embasada principalmente nas curtidas, comentários e visita de perfis. (Freitas et al., 2016, p. 8)

A página, que cobre toda a região da baixada maranhense, identificou uma mobilização do povo Akroá Gamella como um acontecimento de relevância local. A página publicou um vídeo captado por uma das pessoas que aguardava a liberação da MA-014 em 9 de junho, quando a rodovia foi bloqueada pelos indígenas, e a publicação gerou um impacto positivo: contribuiu para mobilizar uma pauta territorial junto à população da região, durante a Mobilização Nacional dos Povos Indígenas, realizada por todo o Brasil naquele mesmo dia. A publicação evidenciou a luta indígena nos municípios da Baixada Maranhense e provocou a opinião pública em torno do tema central da mobilização: a oposição ao Projeto de Lei 2.159/2021, conhecido como PL da Devastação.

Figura 17 - Publicação da página Jailson Mendes da Baixada



Fonte: Reprodução, 2025

As pautas de denúncia — como relatos de violações de direitos — são apresentadas aqui como oportunidades pois refletem a articulação estratégica do povo em parcerias com veículos e organizações parceiras. A exposição pública de ataques e problemas ambientais podem mobilizar públicos que se alinham com os ideais de defesa dos direitos humanos e inspirar mudanças concretas dentro do território. Um exemplo são os impactos sofridos pelo povo, que conviveu por mais dez anos com um lixão no território Taquaritiua. O lixão estava contaminando a água, degradando a floresta e causando o adoecimento das pessoas, incluindo crianças, devido ao descarte de lixo próximo a áreas de roça e escola. O problema foi enviado à organizações parceiras de relevância local e nacional, como o Cimi e a Agência

Tambor, que colaboraram com a divulgação. É o caso da matéria [Em Viana: Lixão está adoecendo indígenas Akroá Gamella](#) (2024), publicada pela Agência Tambor, que conta com fotografias capturadas pelo próprio povo e entrevista com lideranças.

Figura 18 - Manchete no site da Agência Tambor



Fonte: Reprodução, 2025

A comunicação assertiva sobre essa denúncia — seja impetrada ao Ministério Público, à Funai ou difundida por veículos como a Agência Tambor — mobilizou autoridades municipais e regionais, resultando no bloqueio dos caminhões e na exigência da retirada completa do lixo do território. O povo Akroá Gamella se fortaleceu com a ajuda dessa rede: conseguiu recuperar partes significativas de seu território ancestral, incluindo a região do lixão, promovendo um processo de restauração ambiental, de cura do território. Essa reconquista foi acompanhada pela regeneração gradual de vegetação nativa, recuperação de ecossistemas e retorno da fauna local.

A vitória transcendeu a cobertura local: a ação ganhou visibilidade internacional. A matéria da Mongabay, intitulada [*Brazil's Indigenous Akroá Gamella reclaim and restore their land, one patch at a time*](#) (2025), destacou que o processo envolveu retomadas autônomas e coletivas — com participação de mulheres, jovens e anciãos — e mostrou como, ao restaurar fisicamente o território, o povo também reconstrói sua presença política e simbólica no âmbito global.

Parte de um processo de comunicação pensado estrategicamente em conjunto com parceiros e veículos de mídia independente, as denúncias e conquistas não apenas expõem violações, mas transformam-se em instrumentos de pressão política, de defesa territorial e de afirmação de direitos, garantindo que a mobilização dos povos seja visível e reconhecida, tanto local quanto internacionalmente.

Dessa forma, a narrativa estratégica dessas violações assume um caráter político: não apenas visibiliza a injustiça, mas gera pressão para a reparação e proteção dos territórios e modos de vida. Quando comunicada de maneira articulada, em conjunto com parceiros e órgãos competentes, essa tática contribui para a construção de uma rede de defesa e proteção dos direitos dos povos indígenas.

No caso do povo Kariú Kariri, o levantamento para o clipping foi feito com notícias publicadas a partir de 2021, ano em que o Coletivo Kariú Wbymarará foi criado. Apesar de ter sido formalizado durante a pandemia, Kariú (2025), comunicador do povo, relatou em entrevista que as produções do coletivo tiveram início antes, com atividades pontuais. As notícias em relação ao povo foram menos frequentes no período de tempo escolhido, mas os dados revelaram presença em notícias de veículos de relevância nacional (6 ocorrências) e de relevância local, estadual ou regional (6 ocorrências). Esses números representam uma base para a construção de uma narrativa mais ampla e a busca por reconhecimento e apoio em nível nacional, principalmente ao considerar a relevância da pauta: é o caso da matéria [*No Maranhão, primeira indígena Kariú-Kariri conquista direito de ter etnia no registro civil*](#) (2021) no site da Revista *Cenarium*, que retrata um marco para todo o povo.

Figura 19 - Manchete no site da Revista Cenario



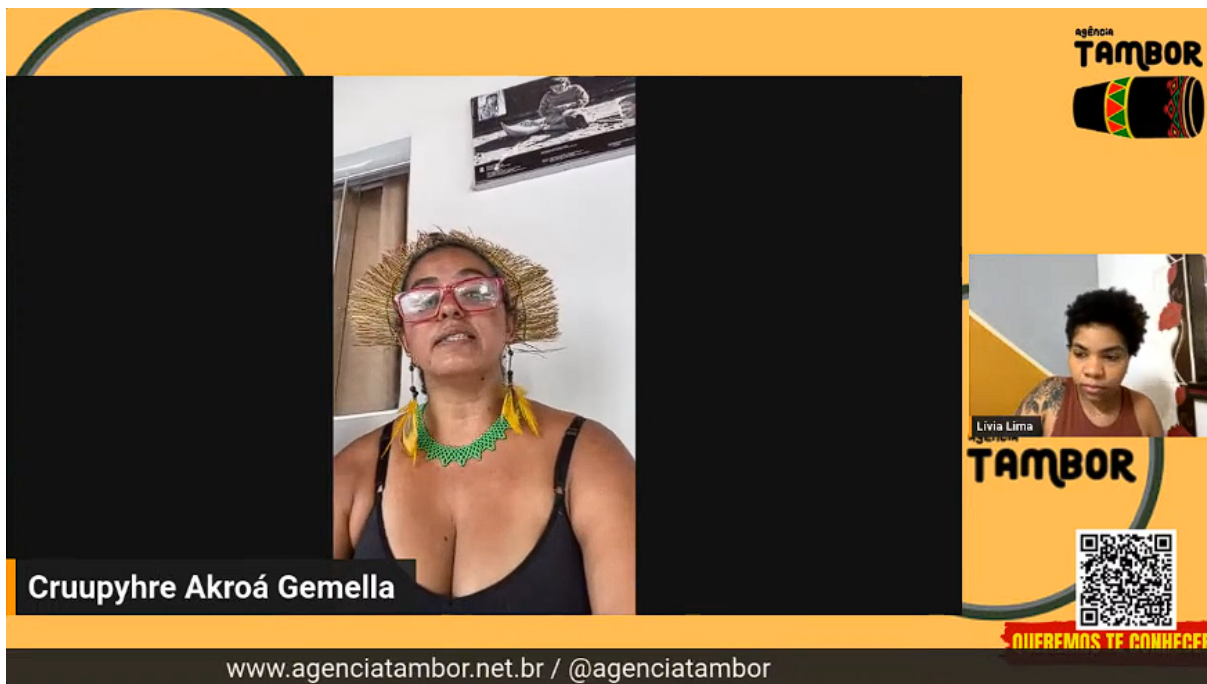
Fonte: Reprodução, 2025

O texto é resultado da articulação do povo com órgãos institucionais na garantia de um de seus direitos originários mais cruciais: o direito à língua, ao nome, a exercer sua diversidade cultural e linguística. A retificação foi autorizada judicialmente e representa um avanço na afirmação da identidade indígena diante do Estado, possível graças à articulação do povo com a Defensoria Pública da União (DPU) e o Ministério dos Povos Indígenas (MPI), configurando um exemplo de como a comunicação interna e a mobilização institucional podem garantir direitos que ainda são sistematicamente negados.

O clipping também evidenciou as potencialidades da comunicação do povo nos contextos de mobilização e luta. Entre as notícias mapeadas, sete das 12 ocorrências dizem respeito a pautas sobre as articulações do povo na garantia de direitos indígenas, mobilizações e atividades construídas coletivamente com outros povos e comunidades tradicionais. Em duas das sete ocorrências, destacam-se ocupações em sedes de instituições públicas: o DSEI, em março de 2023, e a sede regional da Funai em Imperatriz (MA), em dezembro de 2024. Esta última, mobilizada em parceria com os povos Akroá Gamella e Tremembé da Raposa, resultou na produção de conteúdos sistematizados e planejados no ambiente colaborativo da ocupação. Durante aproximadamente uma semana, os povos permaneceram acampados, produziram vídeos e articularam uma entrevista ao vivo transmitida diretamente da ocupação [para o Jornal Tambor](#) (2024). Na ocasião, a

liderança Sypy Iolanda Kariú cedeu entrevista à Agência Tambor representando o povo.

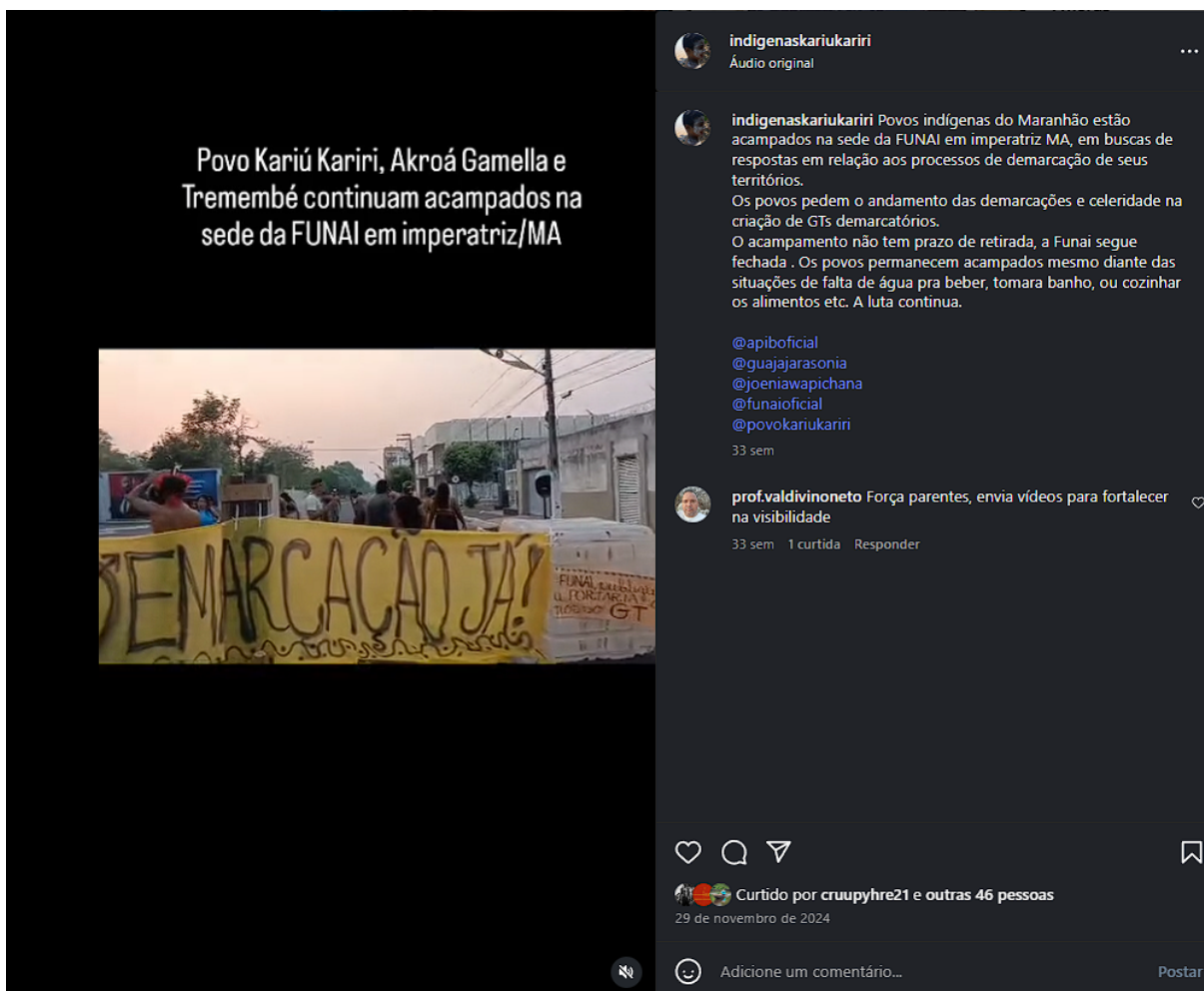
Figura 20 - Imagem da transmissão ao vivo feita durante a ocupação na sede regional da Funai



Sypy Iolanda Kariú dá entrevista à Agência Tambor por meio do equipamento de Cruupyhre Akroá Gamella. Fonte: Reprodução, 2025

Os vídeos publicados ao longo da mobilização apresentam elementos que merecem ser analisados sob o ponto de vista do conteúdo jornalístico. Um deles, [publicado em 29 de novembro de 2024](#), mostra lideranças indígenas segurando uma faixa durante o fechamento de uma avenida em frente à instituição. A legenda traz informações sobre a mobilização, suas motivações e denúncias sobre os desafios enfrentados. O título do vídeo sintetiza o acontecimento e sugere ações contínuas: “Povo Kariú Kariri, Akroá Gamella e Tremembé continuam acampados na sede da Funai em Imperatriz (MA)”.

Figura 21 - Publicação sobre a ocupação na sede regional da Funai



Fonte: Reprodução, 2025

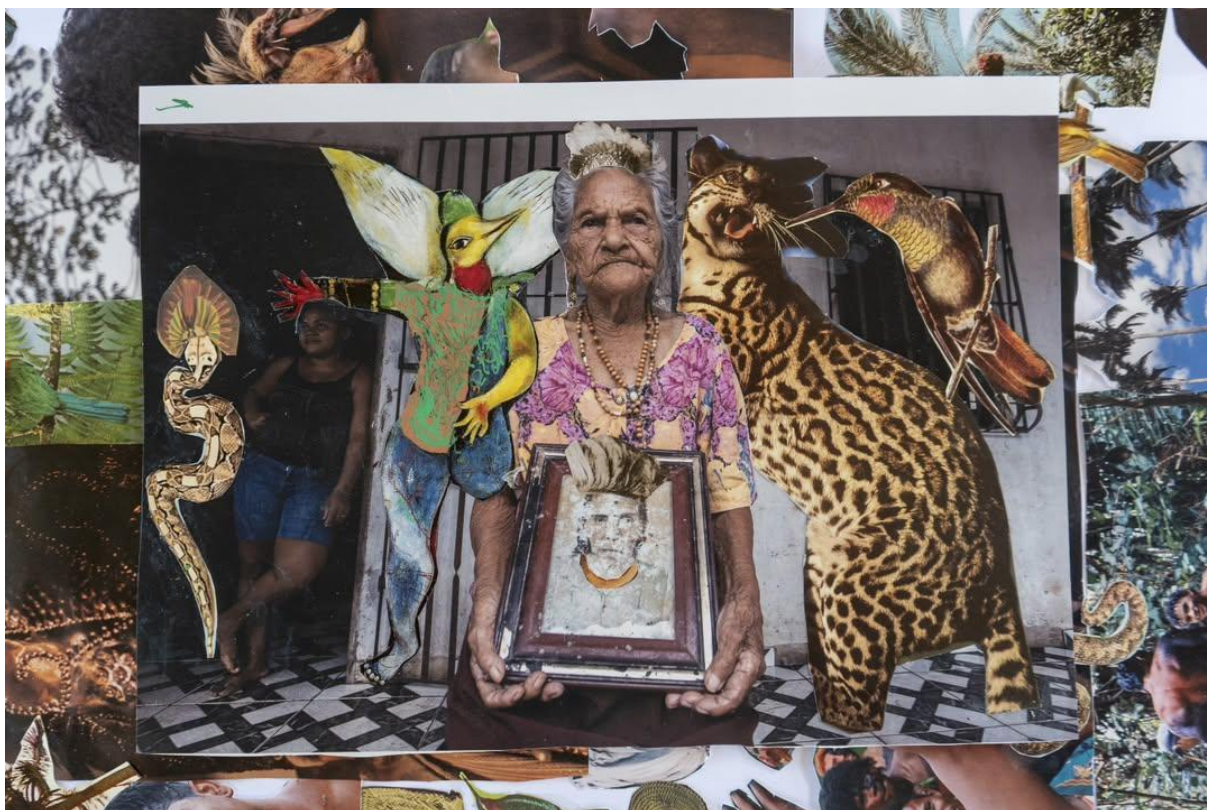
Esse tipo de produção revela a preocupação consciente de narrar os acontecimentos de forma pública, organizada e politicamente situada, uma prática que dialoga com as produções das redações jornalísticas tradicionais. Como observa Nilson Lage, “quem escreve a notícia adota uma postura ética distinta: sua preocupação é avaliar se a informação tem relevância ou desperta interesse suficiente para ser publicada — e, em seguida, como ressaltar essa importância ou interesse mantendo a fidelidade aos fatos” (Lage, 1987, p. 26). Essa ética, quando assumida pelos próprios povos indígenas, fortalece a legitimidade das narrativas e amplia o alcance de suas lutas e reivindicações.

Outra oportunidade central para a comunicação dos povos Akroá Gamella e Kariú Kariri é a produção audiovisual. Ambos desenvolvem uma comunicação

fortemente ancorada no olhar para a composição imagética e os cenários do dia a dia do território, fortalecendo sua cultura e identidade, criando narrativas autônomas que conectam dinâmicas internas e externas, ampliam seus públicos e consolidam suas próprias técnicas, estética e perspectivas visuais.

No caso do povo Akroá Gamella, essa potência expressiva foi levada ao espaço das artes visuais no 38º Panorama da Arte Brasileira Mil Graus, realizado entre 5 de outubro de 2024 e 26 de janeiro de 2025 no Museu de Arte Contemporânea da USP (MAC), em São Paulo. A participação se deu por meio da obra “Rop Cateh – Alma pintada em Terra de Encantaria dos Akroá Gamella”, um grande painel multimídia desenvolvido em colaboração com os artistas Gê Viana, artista visual e indígena do povo Anapuru Muypurá, e Thiago Martins de Melo, artista visual e cineasta, ambos já envolvidos com o território. O termo Rop Cateh, escolhido para intitular a obra, reflete a essência do Ritual de Bilibeu, e a apresentação foi construída coletivamente a partir de uma série de conversas e processos com membros do Conselho de Lideranças da comunidade e com o Coletivo Pihyy.

Figura 22 - Uma das colagens da obra “Rop Cateh”



Fonte: Ana Mendes, Coletivo Pihyy, 2024

Figura 23 - Cruupyhre e Kum'Tum Akroá Gamella na exposição de “Rop Cateh”



Fonte: Coletivo Pihyy, 2024

Em entrevista, Akroá Gamella (2025) compartilhou a experiência do povo na participação do 38º Panorama da Arte Brasileira – Mil Graus, destacando a importância simbólica e política de ocupar espaços institucionais da arte contemporânea:

Nós fomos para lá e foi muito interessante essa abertura. É bastante difícil entrar num espaço desses, mas é um local que vai muita gente de fora, de várias galerias. Isso também é como eu tenho que falar, é com os nossos pés que a gente demarca o nosso território, e também com as imagens que a gente leva além do nosso território. (Akroá Gamella, 2025)⁵

Já o povo Kariú Kariri experimenta uma outra forma de produção audiovisual política e simbólica com o filme “Benhekié”, realizado pelo coletivo e dirigido por Amõkanewy Kariú e Jaiane Lunna Kariú. Disponível no YouTube, o filme é o primeiro inteiramente produzido na língua do povo Kariú Kariri, o Dzubukuá-Kipeá. Ambientado no coração da floresta amazônica, “Benhekié” recebeu menção honrosa na 5ª edição da mostra É Tudo Criança. A produção mostra cenas do território: uma criança levanta de uma rede e brinca um pouco com o cachorro. Depois, caminha até a casa de um amigo para lhe convidar para brincar, e depois ambos visitam outro amigo com o mesmo convite, em diante. O filme é entrelaçado por cenas das crianças colocando seus acessórios, cocares, colares e maracás, para brincar. O brincar aqui é visto como algo sagrado: reforça a ideia de que a única tarefa que a criança deve é brincar, com leveza, e formar uma infância saudável, sob o modo de vida de sua comunidade, cercada de outras crianças, e celebrando sua cultura através da língua.

Vale destacar que tanto o território do povo Kariú Kariri, em Estreito e São Luís (MA), e o território Taquaritiua, do povo Akroá Gamella, distribuído pelos municípios de Viana, Matinha e Penalva (MA), possuem cobertura para conexão de internet via dados móveis e rede wifi. No caso do povo Akroá Gamella, a conexão via dados móveis é acessível por todo o território, e o povo conta com um ponto de internet pública, localizado na Escola Olegário Teófilo Meireles. O povo Kariú Kariri, por outro lado, não dispõe de conexão pública de wifi. A conexão é feita via contratos pessoais de internet, por dados móveis ou redes sem fio.

Esses projetos transcendem a mera ampliação dos meios de comunicação entre os povos: eles também reinventam o audiovisual como ferramenta central para

⁵ Em entrevista à autora.

a afirmação identitária. Na perspectiva teórica do cinema indígena, o audiovisual é apenas um veículo de mero registro ou entretenimento, mas se configura como prática política e cultural, um território de resistência, da ressignificação e do fortalecimento de narrativas próprias, expressas pelo próprio olhar, trazendo novas perspectivas em oposição ao audiovisual que busca apenas as grandes salas de cinema ou os grandes festivais. Ao promover espaços de representação autônoma, esses projetos colocam em evidência saberes, visões de mundo e cosmologias que escapam à lógica hegemônica, validando a voz dos povos originários não apenas como sujeitos, mas como autores do seu próprio discurso audiovisual, descolonizando imagens e narrativas, reconstruindo saberes e reafirmando seus modos de ser no mundo.

4.3 Desafios na comunicação digital dos povos Akroá Gamella e Kariú Kariri

Durante o levantamento dos clippings, resolvi também fazer uma análise qualitativa dos sites de algumas das maiores emissoras de televisão, rádio e webjornalismo do estado: entrei nos endereços da web das emissoras Mirante (<https://g1.globo.com/ma/maranhao/> e [imirante.com](http://www.mirante.com)), Difusora (<https://difusoraneuws.com/>), e TV Cidade (<http://www.suacidade.com/>), e pesquisei os nomes dos povos Akroá Gamella e Kariú Kariri na barra de pesquisa para encontrar matérias de produção local, ou seja, da equipe maranhense de cada emissora filiada, que no mínimo mencionasse os povos e que fossem publicadas a partir de 2022, para o povo Akroá Gamella, e 2021, para o povo Kariú Kariri, seguindo o período de tempo que guiou o clipping de notícias inicial.

No caso do povo Akroá Gamella, o site G1 Maranhão apresentou três resultados, enquanto o site Imirante não apresentou nenhum. Das três ocorrências encontradas no G1, duas tratam de contextos de valorização do povo: [uma reportagem sobre os Guardiões da Floresta](#) — organização indígena de defesa da Terra Indígena Araribóia formada por indígenas Guajajara, Ka'apor e Awa-Guajá — publicada em julho de 2022, que menciona os Akroá Gamella apenas como um dos povos indígenas do Maranhão; e [uma matéria sobre a 48ª edição do Festival Guarnicê](#), publicada em junho de 2025, que mencionou a exibição do documentário “Piraí: os cantos da encantaria Akroá Gamella”. [A terceira ocorrência](#) refere-se a uma matéria publicada em junho de 2022 sobre o arquivamento, por parte da Justiça

Federal, de um processo que acusava oito indígenas de roubo e de supostamente manterem dois policiais militares e funcionários da empresa de energia elétrica Equatorial S.A. como reféns na aldeia Cajueiro Piraí.

Já no site Sua Cidade, foi identificado um resultado: [uma matéria](#) publicada em agosto de 2024 sobre o bloqueio de um trecho da MA-014, no contexto das manifestações dos povos indígenas contra o Marco Temporal. No site Difusora News, foram encontrados quatro resultados: três sobre bloqueios de rodovias — [duas referentes](#) à mobilização de agosto de 2024, [publicadas no mesmo dia](#), e uma publicada em [setembro de 2023](#). A [quarta matéria](#) trata da exposição “Maranhão: Terra Indígena”, realizada pelo Centro Cultural da Vale Maranhão e que apresentou artesanatos do povo Akroá Gamella, publicada em setembro de 2023.

No caso do povo Kariú Kariri, os resultados são ainda mais preocupantes: apenas uma ocorrência foi identificada no site G1 Maranhão, [em uma matéria](#) especial publicada em abril de 2024, por ocasião do Dia dos Povos Indígenas, na qual o povo é apenas mencionado entre os diversos povos indígenas do Maranhão. Nos demais sites analisados, não foram encontrados resultados — mesmo anteriores à data estipulada na pesquisa do clipping. Os dados levantados evidenciam uma invisibilidade sistemática que compromete o direito à representação midiática dos povos indígenas. A quase sufocante ausência de cobertura sobre mobilizações, conquistas e atividades culturais dos povos. Digo sufocante, pois é o silenciamento de uma voz que grita e sangra perpetuamente em busca de seus direitos. O cenário se torna ainda mais grave diante de dados como os do relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil de 2023, do Cimi, que apontam o Maranhão como o quinto estado com maior número de assassinatos indígenas no país e o líder na região Nordeste. Roraima lidera o ranking, com 47 casos registrados, seguido por Mato Grosso do Sul (43) e Amazonas (36), ambos localizados na Amazônia Legal. Nesse contexto, o silêncio da mídia local não é apenas negligência: é parte de uma estrutura de apagamento sistemático, frequentemente alinhada aos interesses dos empreendimentos e do agronegócio local.

Outro desafio para a produção é a predominância do racismo anti-indígena, principalmente em contextos de mobilização. A análise de publicações sobre o povo

Akroá Gamella em páginas do Instagram com forte alcance hiperlocal, como Alfinetei Viana e Jailson Mendes da Baixada, evidencia esse cenário. [Em uma publicação](#) relacionada à mobilização do povo contra o 'PL do Marco Temporal' (14.701/2023), publicada em 9 de junho de 2025, foram identificados 24 comentários explicitamente racistas que questionavam a própria existência e até a genética dos indígenas, narrativa baseada na estigmatização do indígena que tem os cabelos lisos.

Mesmo em contextos de celebração e valorização cultural, como na publicação de [um vídeo com cenas do Ritual de Bilibeu](#), publicado no dia 1º de maio de 2025, quatro comentários também expressaram preconceito e deslegitimação. Esses dados revelam que, além da invisibilização midiática, os povos indígenas enfrentam discursos de ódio que tentam minar sua legitimidade e silenciar suas narrativas. O cenário torna ainda mais urgente o fortalecimento de suas produções audiovisuais como ferramentas de resistência e afirmação diante de um país que, por não valorizar o conhecimento e a existência dos povos originários desta terra, inspira a violência nas pequenas esferas sociais que estes povos estão inseridos.

Figuras 24 e 25 - Comentários racistas identificados em publicações dos perfis Alfinetei Viana e Jailson Mendes da Baixada



Fonte: Reprodução, 2025

A inserção dos povos indígenas em ambientes de ensino superior também ainda é atravessada por barreiras estruturais que dificultam não apenas o ingresso, mas também a permanência e a formação plena desses sujeitos nos cursos universitários. No campo da comunicação, esse cenário limita diretamente a

possibilidade de formação de jornalistas e comunicadores indígenas. Como demonstram Guzmán, Santos e Bianchini (2024), em estudo sobre o acesso de estudantes indígenas à Universidade Federal do Maranhão (UFMA), a pauta da inclusão indígena foi historicamente secundarizada, sem participação efetiva dos povos nos processos decisórios, resultando em ações afirmativas limitadas, construídas muito mais por pressões externas do que por iniciativas da própria instituição. O processo de verificação identitária imposto pela Comissão de Verificação da Autodeclaração Étnica, embora necessário para conter fraudes, trouxe novos entraves a estudantes que já vivenciam situações de deslocamento forçado, racismo estrutural e apagamento cultural. Soma-se a isso o fato de que o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), principal via de ingresso ao ensino superior, e o próprio ambiente universitário continuam estruturados em torno do capital cultural dominante, desconsiderando os repertórios, línguas e modos de saber próprios das comunidades indígenas. Nesse contexto, pensar a formação de comunicadores indígenas exige mais do que garantir vagas: impõe-se como urgente a transformação estrutural do campo acadêmico, com o reconhecimento efetivo dos saberes indígenas, a valorização das especificidades culturais e a garantia de uma presença afirmativa — e não meramente adaptativa — nas universidades.

5. Conclusão

Esta monografia se propôs a analisar a comunicação digital dos povos indígenas Akroá Gamella e Kariú Kariri, na produção de seus coletivos, Coletivo Pihyy e Kariú Wbymará, com o objetivo de compreender suas estratégias de autoafirmação, resistência e ocupação do espaço público digital em um cenário midiático complexo e muitas vezes hostil. Ao longo da pesquisa, foram explorados os padrões de presença e ausência dessas populações no noticiário local, bem como suas produções comunicacionais próprias, com foco nas potencialidades dessas experiências como meios de fortalecimento identitário e político. A metodologia empregada, que combinou análise de conteúdo e análise semiológica de publicações nas páginas do Instagram dos coletivos de comunicação desses povos, permitiu uma imersão profunda nas nuances e significados de suas práticas comunicativas.

Os achados deste texto revelam que a comunicação indígena, especialmente no ambiente digital, transcende a mera transmissão de informações, configurando-se como uma prática política e cultural intrínseca à luta pela existência e reconhecimento. A apropriação de tecnologias acessíveis, como os smartphones, transformou-se em um instrumento poderoso para a construção de narrativas autônomas, rompendo com estereótipos e silenciamentos impostos pela mídia hegemônica. Os coletivos de comunicação demonstram uma notável capacidade de articular suas pautas, denunciar violações e celebrar suas culturas e espiritualidades, utilizando as redes sociais como um território simbólico a ser demarcado.

Observou-se que, apesar dos desafios impostos pela invisibilização midiática e pelo racismo anti-indígena, a comunicação digital desses povos tem sido eficaz em mobilizar apoio e gerar visibilidade para suas causas. A estratégia de colaboração com organizações parceiras e a produção de conteúdo multi formato, que integra elementos visuais identitários como grafismos e cantos, amplificam o alcance de suas mensagens, transformando denúncias em instrumentos de pressão política e de defesa territorial. O exemplo da remoção do lixão no território Taquaritiua, que ganhou repercussão internacional, ilustra o poder da comunicação articulada na promoção de mudanças concretas e na reconquista de direitos.

No entanto, a pesquisa também evidenciou os desafios persistentes, como a carência de equipamentos adequados, as limitações no acesso à formação acadêmica e a predominância de discursos de ódio nas plataformas digitais. A invisibilização sistemática por parte da mídia local e a dificuldade de acesso ao ensino superior para a formação de comunicadores indígenas são barreiras estruturais que ainda precisam ser superadas. A reflexão crítica sobre o conceito de "retomada", conforme a perspectiva de Kariú (2025), sublinha a complexidade e a abordagem multifacetada com que os povos dialogam com conceitos como este, tendo cada um a sua visão sobre o tema, e a contínua luta pela reafirmação de suas identidades e territórios, manifestada em cada ato comunicativo.

Em suma, este estudo reforça a compreensão de que a comunicação indígena é uma flecha, uma arma simbólica, lançada na disputa por narrativas e pela construção de uma sociedade mais justa e plural. Ela não apenas informa, mas provoca, mobiliza e transforma, reafirmando a agência dos povos originários na produção de seus próprios discursos e na reconfiguração do imaginário social. As práticas comunicativas analisadas são um testemunho da resiliência e da capacidade de inovação desses povos, que, ao se apropriarem das ferramentas digitais, não apenas resistem, mas florescem, tecendo redes de solidariedade e construindo um futuro onde suas vozes sejam plenamente ouvidas e respeitadas.

Como limitações, reconhece-se que a pesquisa se concentrou em dois povos específicos do Maranhão e em uma plataforma digital, o Instagram, o que pode não refletir a totalidade das experiências de comunicação indígena por todo o Brasil. A ampliação do escopo para outros povos e plataformas, bem como o mergulho na análise sobre o impacto das políticas públicas de inclusão digital e o papel das universidades na formação de comunicadores indígenas são caminhos de questionamento que a pesquisa deixa para um futuro possível. A continuidade de estudos como esse são fundamentais para fortalecer a comunicação indígena como um pilar essencial na construção de uma esfera pública verdadeiramente multicultural e democrática.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA TAMBOR. Indígenas ocupam sede da FUNAI no Maranhão [vídeo]. YouTube, 2 dez. 2024. Disponível em: [\[https://www.youtube.com/watch?v=O58PuN8PI6E\]](https://www.youtube.com/watch?v=O58PuN8PI6E). Acesso em: 30 jul. 2025.

AKROÁ GAMELLA, Cruupyhre. Entrevista concedida a Andressa Algave. Viana, 25 maio 2025. [Trilha de perguntas disponível no Apêndice "B" desta monografia].

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos do Estado: nota sobre aparelhos ideológicos do Estado.** Rio de Janeiro, Edições Graal, 1985.

ALVES, L. C. **Movências, encantarias e retomadas: uma natnografia sobre o corte e a cura dos Kariú Kariri no Maranhão.** 2023. 297 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, 2023.

BARTHES, Roland. **A câmara clara.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

BARTHES, Roland. **A retórica da imagem.** In: BARTHES, Roland. **O óbvio e o obtuso: ensaios críticos.** Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** Petrópolis, Vozes, 2008.

BONIN, Iara. O Bem Viver indígena e o futuro da humanidade. **Porantim**, Brasília, 2015. Disponível em: [\[https://cimi.org.br/o-bem-viver-indigena-e-o-futuro-da-humanidade/\]](https://cimi.org.br/o-bem-viver-indigena-e-o-futuro-da-humanidade/). Acesso em: 06 jun. 2025.

BORGES, Paulo Humberto. **Representação fotográfica e povos indígenas.** In: Discursos Fotográficos, Londrina, v. 6, n. 8, 2010. Disponível em: [\[https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/view/5690\]](https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/view/5690). Acesso em: 24. jul. 2025.

BRAMBILLA, Ana M. **A reconfiguração do jornalismo através do modelo open source.** In: Sessões do Imaginário, Porto Alegre, n. 13, 2005. Disponível em: [\[https://revistaseletronicas.pucrs.br/famecos/article/view/867\]](https://revistaseletronicas.pucrs.br/famecos/article/view/867). Acesso em: 6 jun. 2025.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet.** Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Espinhoso caminho para a liberdade: conflitos no campo – 1990.** São Paulo, Edições Loyola, 1991.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (Cimi). **Relatório Violência Contra Os Povos Indígenas no Brasil: dados de 2017**. Brasília, Cimi, 2018.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (Cimi). **Relatório Violência Contra Os Povos Indígenas no Brasil: dados de 2023**. Brasília, Cimi, 2024.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Senado Federal, 1988.

DOWNING, John. **Mídia Radical**. São Paulo, Senac, 2002.

ESCOLA DE ATIVISMO. Caderno de Comunicação para o Ativismo, 2013. Disponível em:

[<https://escoladeativismo.org.br/wp-content/uploads/2015/07/Caderno-de-comunica%C3%A7%C3%A3o-para-o-ativismo.pdf>]. Acesso em: 21 jun. 2025.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Juiz de Fora, Editora UFJF, 2005.

FREITAS, C. E. P.; BORGES, M. V.; RIOS, R. **O algoritmo classificatório no feed do Instagram**. In: INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, São Paulo, 2016. Disponível em:

[https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/44471/1/2016_eve_cepfreitas.pdf]. Acesso em: 22 jul. 2025.

GUZMÁN, P. R. S.; SANTOS, E. D. R.; BIANCHINI, A. R. **O acesso de estudantes indígenas à Universidade Federal do Maranhão: as implicações da Comissão de Verificação da Autodeclaração Étnica**. Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), v. 29, 2024. Disponível em:

[<https://doi.org/10.1590/1982-57652024v29id270964>]. Acesso em: 24 jul. 2025.

HUBACHEK, J. Brazil's Indigenous Akroá Gamella reclaim and restore their land, one patch at a time. **Mongabay**, 25 de junho de 2025. Disponível em:

[<https://news.mongabay.com/2025/06/brazils-indigenous-akroa-gamella-reclaim-and-restore-their-land-one-patch-at-a-time/>]. Acesso em: 23 jul. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2022: população e domicílios - resultados preliminares do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br>. Acesso em: 30 jul. 2025.

Indígenas Akroá Gamella estão adoecendo devido a lixão em seu território. **Agência Tambor**, São Luís, 25 de junho de 2024. Disponível em:

[<https://agenciatambor.net.br/meio-ambiente/indigenas-akroa-gamella-estao-adoecendo-devido-lixao-em-seu-territorio/>]. Acesso em: 23 jul. 2025.

KARIÚ, Layo Amõkanewy. Entrevista concedida a Andressa Algave. São Luís, 29 jun. 2025. [Trilha de perguntas disponível no Apêndice "C" desta monografia].

KARIÚ, Layo Amõkanewy Bulhão. **YARUÁMÈT'HÖ FLECHAS DA MEMÓRIA NA LUTA PELA EXISTÊNCIA, RECONHECIMENTO E TERRITÓRIO KARIÚ KARIRI**

EM MARECHAL THAUMATURGO/AC: Pensamento Originarial contra a negação do estado brasileiro, 2025. 147 f. v. 1, Dissertação (Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia/Antropologia), Universidade Estadual do Maranhão, 2025.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo, Companhia das Letras, 2019.

LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. 2. ed. São Paulo, Ática, 1987.

LEMOS, Deanny Stacy Sousa. **Território Akroá-Gamella: teia de conexão entre os indígenas e os seres encantados**. In: Maloca – Revista de Estudos Indígenas, Campinas, v. 4, 2021. Disponível em: [\[https://revistas.iel.unicamp.br/index.php/maloca/article/view/21018\]](https://revistas.iel.unicamp.br/index.php/maloca/article/view/21018). Acesso em: 6 jul. 2025.

LIMA NETO, Valdivino José de. **As classificações etnolinguísticas dos povos indígenas do Ceará, segundo os intelectuais do Instituto do Ceará (1926–1963)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Universidade Estadual do Ceará (UECE), Limoeiro do Norte, 2019.

LIPOVETSKY, Gilles. **A Felicidade Paradoxal: Ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo**. Lisboa, Edições 70, 2007.

MANCHETE. **Revista Manchete**, Rio de Janeiro: n. 1.925, 1989.

MATA, M. C. **Comunicación, ciudadanía y poder: pistas para pensar su articulación**. In: Diálogos de la Comunicación, Logroño, n. 64, 2002.

NEVES, I. D. S.; CORRÊA, M. N.; TOCANTINS, R. D. A. **A invenção do índio na mídia: silenciamentos, estereótipos e pluralidades**. In: Revista Moara, Belém, n. 40, 2013.

ORTOLAN MATOS, M. H. **Rumos do movimento indígena no Brasil contemporâneo: experiências exemplares no Vale do Javari**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2006. Disponível em: [\[https://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/370635\]](https://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/370635). Acesso: 26. jul. 2025.

O'REILLY, T. What is Web 2.0? **O'Reilly Media**, 30 de setembro de 2005. Disponível em: [\[https://www.oreilly.com/pub/a/web2/archive/what-is-web-20.html\]](https://www.oreilly.com/pub/a/web2/archive/what-is-web-20.html). Acesso em: 25. jul. 2025.

PAIVA, R. **Para reinterpretar a comunicação comunitária**. In: O retorno da comunidade: os novos caminhos do social. São Bernardo do Campo, v. 29, n. 49, 2007.

PASQUINI, Patrícia. 90% dos eleitores de Bolsonaro acreditaram em fake news, diz estudo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 5 de novembro de 2018. Política. Disponível em:

[<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/90-dos-eleitores-de-bolsonaro-acredita-ram-em-fake-news-diz-estudo.shtml>]. Acesso em: 15 jul. 2025.

PATERNOSTRO, Vera I. **O Texto na TV - Manual do Telejornalismo**. Rio de Janeiro, Editora Elsevier, 2006.

PEREIRA, E. D. S. **Mídias Nativas: a comunicação audiovisual indígena**. Niterói, v. 01, n. 23, 2010.

POMPEU SOBRINHO, Thomaz. **Os Tapuias do Nordeste e a monografia de Elias Herckman**. In: Revista do Instituto do Ceará, 1934. Disponível em: [http://biblio.etnolinguistica.org/pompeu_1934_tapuias]. Acesso em: 6 jul. 2025.

RACIONAIS MC'S. **Negro drama**. In: RACIONAIS MC'S. Nada como um dia após o outro dia [CD]. São Paulo: Cosa Nostra, 2002. Faixa 2.

SABRINA, Felipe. A vida dos Akroá-Gamella dois anos após terem as mãos decepadas. **Intercept Brasil**, 27 de maio de 2019. Disponível em: [<https://www.intercept.com.br/2019/05/27/gamella-maos-decepadas/>]. Acesso em: 6 jul. 2025.

SOUZA, D.; SILVA, G. **Jornalismo móvel: a emergência de um novo campo jornalístico**. In: Revista Brasileira de Estudos de Jornalismo, v. 10, n. 2, 2021. Disponível em: [<https://portal.revistas.ucb.br/index.php/rbej/article/view/14420>]. Acesso em: 22 jul. 2025.

STRAUBHAAR, J.; LAROSE, R. **Comunicação, Mídia e Tecnologia**. Thomson Learning, São Paulo, 2004.

TUPINAMBÁ, R. M. Etnomídia, uma ferramenta para a comunicação dos povos originários. **Brasil de Fato**, Niterói, 11 de agosto de 2016. Disponível em: [<https://www.brasildefato.com.br/2016/08/11/etnomidia-por-uma-comunicacao-dos-povos-originarios/>]. Acesso em 14 mai. 2025.

XIMENES, Márcia Maria. **Discurso e recepção no rádio: um estudo sobre o programa infantil Submarino Amarelo na Casa Grande FM**. 2005. Monografia (Graduação em Comunicação Social – Jornalismo) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A - MODELO DE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966 – São Luís - Maranhão.
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, (nome do entrevistado), sob o CPF (número), concordo em participar do estudo que tem como pesquisador responsável o(a) aluno(a) de graduação ANDRESSA CRISTINA ALGAVE PEREIRA, do Departamento de Comunicação Social, sob a orientação do (a) professor (a) BRUNO SOARES FERREIRA da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), que pode ser contatado pelo e-mail (email) e pelo telefone (XXXXXXX).

Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com comunicadores indígenas do povo Akroá Gamella e Kariú Kariri, visando, por parte do(a) referido(a) aluno(a) a realização da sua monografia de conclusão de curso, cujo título é "A COMUNICAÇÃO INDÍGENA COMO FLECHA: UMA ANÁLISE DA COMUNICAÇÃO DIGITAL DOS POVOS INDÍGENAS AKROÁ GAMELLA E KARIÚ KARIRI".

Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos serão divulgados para fins de pesquisa científica e publicados no seu trabalho.

O aluno providenciará uma cópia da transcrição da entrevista para meu conhecimento. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

São Luís, 26 de julho de 2025

Consolidar
avanços
e vencer
desafios

Assinatura do entrevistado

Cidade Universitária Dom Delgado – Centro de Ciências Sociais – DCS
Avenida dos Portugueses, 1.966 - São Luís - MA - CEP: 65080-805
Fone: (98) 3272- 8433

APÊNDICE B - ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA CRUUPYHRE AKROÁ GAMELLA

1. Como surgiu o coletivo Pihyy, como vocês se organizaram para formar o grupo?
2. Como foi no começo do coletivo? Vocês tinham o equipamento? Como foi para vocês arranjar isso?
3. Em qual ano surgiu o coletivo?
4. Se vocês precisarem se reunir, é no pátio?
5. Fizeram uma reunião antes do Ritual de Bilibeu para combinar a divulgação?
6. Tem quantas pessoas no coletivo hoje em dia?
7. O que significa Pihyy? De onde surgiu a ideia para o nome?
8. Vocês participam de outras formações de comunicadores indígenas?
9. Como você enxerga a sua ligação com a fotografia?
10. No coletivo, como são distribuídas as funções?
11. Tens notebook, câmera, outros equipamentos?
12. Usa algum aplicativos de edição?
13. Qual o modelo do seu celular?
14. Como a comunicação integra as dinâmicas do território?
15. Tens alguma memória interessante vinculada a essa produção de comunicação?

APÊNDICE C - ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA LAYO AMÕKANEWY KARIÚ

1. Você pode se apresentar e contar um pouco sobre sua trajetória pessoal e como começou o seu chamado para a comunicação? Vi que tu também é escritor do livro O Segredo das Coisas. Tem outras produções?
2. O povo Kariú Kariri é um dos povos em retomada nesse Maranhão. Para ti, qual o papel da produção da comunicação nesse processo?
3. Como foi formado o núcleo de comunicação do povo? Quantas pessoas fazem parte e como se organizam na produção?
4. Reparei que o perfil do povo usa bastantes dos elementos dos grafismos, da língua materna, da fotografia. Como vocês utilizam as redes sociais para fortalecer a luta e afirmar a existência do povo?
5. Você sente que a comunicação feita pelo núcleo confronta o jornalismo do agro? Como é disputar narrativas nesse espaço simbólico? Já houve situações de distorção ou silenciamento?
6. Quais são os principais desafios enfrentados hoje para manter a comunicação ativa?
7. Vi que o povo contém duas páginas, uma regional e outra geral. Como se divide essa produção?
8. Como se dá o processo criativo do coletivo hoje em dia? Quantos comunicadores fazem parte do coletivo?
9. Em qual ano o coletivo começou a produzir?

**APÊNDICE D - TABELA DE NOTÍCIAS SOBRE O POVO AKROÁ
GAMELLA (2022 a 2025)**

Data	Notícia	Veículo/Instituição	Relevância	Link
13/05/2022	Os Akroá-Gamella resistem e lutam por reconhecimento	((o))eco	Nacional	https://oeco.org.br/reportagens/os-akroa-gamella-resistem-e-lutam-por-reconhecimento/
18/05/2022	A luta dos Akroá-Gamella por reconhecimento	Outras Mídias	Nacional	https://outraspalavras.net/outrasmidias/luta-dos-akroa-gamella-por-reconhecimento/
19/05/2022	Tensões na Amazônia maranhense opõem indígenas e quilombolas ao avanço do progresso predatório	Mongabay	Nacional/Internacional	https://brasil.mongabay.com/2022/05/tensoes-na-amazonia-maranhense-opoem-indigenas-e-quilombolas-ao-avanco-do-progresso-predatorio/
17/06/2022	Justiça arquiva processo contra indígenas acusados de roubar e manter reféns dentro de aldeia no Maranhão	G1 Maranhão	Local/Estadual	https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2022/06/17/justica-arquiva-processo-contra-indigenas-acusados-de-roubar-e-manter-refens-dentro-de-aldeia-no-maranhao.gh.html
24/06/2022	Com apoio de políticos e empresários, violência contra indígenas se espalha no MA	Ponte Jornalismo	Nacional	https://ponte.org/com-apoio-de-politicos-e-empresarios-violencia-contra-indigenas-se-espalha-no-ma/
04/07/2022	No ritual de Bilibeu, indígenas Akroá Gamella celebram sua luta pela terra	Mongabay	Nacional/Internacional	https://brasil.mongabay.com/2022/07/no-ritual-de-bilibeu-indigenas-akroa-gamella-celebram-sua-luta-pela-terra/

06/07/2022	No ritual de Bilibeu, indígenas Akroá Gamella celebram sua luta pela terra	ECO A UOL	Nacional	https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/noticias-da-floresta/2022/07/06/no-ritual-de-bilibeu-indigenas-akroa-gamella-celebram-sua-luta-pela-terra.htm
08/07/2022	CORPO MARCADO	TAB UOL	Nacional	https://tab.uol.com.br/educacao/indigenas-no-maranhao/#cover
08/07/2022	Corpo Marcado: Cinco anos depois, como vivem os povos tradicionais do Maranhão que sobrevivem a um ataque.	Agência Tambor	Local/Estadual	https://agenciatambor.net.br/geral/cinco-anos-depois-como-vivem-os-povos-tradicionais-do-maranhao-que-sobreviveram-a-um-ataque/
17/07/2022	Guardiões da Floresta: grupo de indígenas enfrenta medo e omissão do poder público para defender terras de madeireiros e garimpeiros no MA	G1 Maranhão	Local/Estadual	https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2022/07/17/guardioes-da-floresta-grupo-de-indigenas-enfrenta-o-medo-e-a-omissao-do-poder-publico-para-defender-suas-terras-de-madeireiros-e-garimpeiros-no-maranhao.ghtml
07/09/2022	No Maranhão, povo Akroá Gamella realiza assembleia e discute sua organização social	Barradocorda.com	Local	https://barradocorda.com/no-maranhao-o-povo-akroa-gamella-realiza-assembleia-e-discute-sua-organizacao-social/
16/09/2022	Sete mortes em dez dias: parem a violência contra os povos indígenas!	Greenpeace	Nacional/Internacional	https://www.greenpeace.org/brasil/blog/sete-mortes-em-dez-dias-parem-a-violencia-contra-os-povos-indigenas/

04/10/2022	Povos e comunidades tradicionais realizam 13º Encontro da Teia no Maranhão	CPT Nordeste	Local/Regional	https://cptne2.org.br/noticias/noticias-por-estado/5926-povos-e-comunidades-tradicionais-realizam-13-encontro-da-teia-no-maranhao
03/05/2023	Ritual do Bilibeu celebra a cultura e a resistência do povo Akroá Gamella, do Maranhão	Cimi	Nacional	https://cimi.org.br/2023/05/ritual-do-bilibeu-celebra-a-cultura-e-a-resistencia-do-povo-akroa-gamella-do-maranhao/
20/09/2023	Indígenas voltam a bloquear rodovia no Maranhão em protesto contra o Marco Temporal	Difusora News	Local/Estadual	https://difusorane.ws.com/indigenas-voltam-a-bloquear-rodovia-no-maranhao-em-protesto-contr-o-marco-temporal/
26/09/2023	Arte dos povos indígenas maranhenses ganha exposição no CCVM	Difusora News	Local/Estadual	https://difusorane.ws.com/arte-dos-povos-indigenas-maranhenses-ganha-exposicao-no-ccvm/
22/07/2024	Pesquisa destaca luta compartilhada por mulheres indígenas e quebradeiras de coco babaçu Akroá Gamella em Viana	UEMA	Local/Estadual	https://www.uema.br/2024/07/pesquisa-destaca-luta-compartilhada-por-mulheres-indigenas-e-quebradeiras-de-coco-babacu-akroa-gamella-em-viana/
05/08/2024	Com foices, facas e arco e flecha, indígenas bloqueiam MA-014 em Viana	Difusora News	Local/Estadual	https://difusorane.ws.com/com-foices-facas-e-arco-e-flecha-indigenas-bloqueiam-ma-014-em-viana/
7/8/2024	Indígenas bloqueiam rodovia em protesto contra tese jurídica	TV Cidade	Local/Estadual	http://www.suacidade.com/noticias/indigenas-bloqueiam-rodovia-em-protesto-contr-tese-juridica

05/08/2024	Com foices, facas e arco e flecha, indígenas bloqueiam MA-014 em Viana	Difusora	Local/Estadua I	https://difusorane.ws.com/com-foices-facas-e-arco-e-flecha-indigenas-bloqueiam-ma-014-em-viana/
05/08/2024	Indígenas encerram protesto e liberam trânsito na rodovia MA-014	Difusora News	Local/Estadua I	https://difusorane.ws.com/indigenas-encerram-protesto-e-liberam-transito-na-rodovia-ma-014/
28/08/2024	Em Viana: Lixão está adoecendo Indígenas Akroá Gamella	Agência Tambor	Local/Estadua I	https://agenciatambor.net.br/meio-ambiente/indigenas-akroa-gamella-estao-adoecendo-devido-lixao-em-seu-territorio/
17/09/2024	Indígenas Akroá-Gamella são atacados com tiros em Viana	Maranhão Agrário	Local/Estadua I	https://www.maranhaoagrario.com.br/post/6/indigenas_akroa_gamella_sao_atacados_com_tiros_em_viana
17/09/2024	MPF entra com ação para garantir demarcação de terras indígenas do povo Akroá-Gamella no Piauí	G1 Piauí	Local/Estadua I	https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2024/09/17/mpf-entra-com-acao-para-garantir-demarcacao-de-terras-indigenas-do-povo-akroa-gamella-no-piaui.ghtml
18/09/2024	Ataque a tiros atinge Povo Akroá-Gamella no Maranhão: Comunidade vive clima de tensão	O Cubo	Local/Estadua I	https://cubo.jor.br/2024/09/18/ataque-a-tiros-atinge-povo-akroa-gamella-no-maranhao-comunidade-vive-clima-de-tensao/
19/09/2024	Povo Akroá-Gamella denuncia tiros na retomada de seu território	CPT	Nacional	https://cptnacional.org.br/2024/09/19/violencia-akroa-gamella/
23/09/2024	Retomada Akroá-Gamella é alvo de tiros em Viana (MA), os indígenas	Cimi	Nacional	https://cimi.org.br/2024/09/retomada-akroa-gamella-alvo-tiros-ma/

	denunciam lixão e invasões no território			
23/09/2024	Retomada Akroá-Gamella é alvo de tiros em Viana (MA), os indígenas denunciam lixão e invasões no território	Instituto Socioambienta l	Nacional	https://acervo.socioambiental.org/index.php/acervo/noticias/retomada-akroa-gamella-e-alvo-de-tiros-em-viana-ma-os-indigenas-denunciam-lixao-e
27/09/2024	Conheça os artistas do 38º Panorama da Arte Brasileira: Mil graus	DasArtes	Nacional	https://dasartes.com.br/de-arte-a-z/conheca-os-artistas-do-38o-panorama-da-arte-brasileira-mil-graus/
05/10/2024	MAM apresenta o 38º Panorama da Arte Brasileira: Mil graus no MAC USP	Arte que Acontece	Nacional	https://artequeacontece.com.br/evento/mam-apresenta-o-mac-usp-o-38o-panorama-da-arte-brasileira-mil-graus/
23/10/2024	Povo Akroá-Gamella recebe COIAB e COAPIMA para discutir desafios territoriais	COIAB	Nacional	https://coiab.org.br/povo-akroa-gamella-recebe-coiab-e-coapima-para-discutir-desafios-territoriais/
30/10/2024	Indígenas fecham MA-014, entre Matinha e Viana, contra Marco Temporal	Jailson Mendes da Baixada	Local	https://www.instagram.com/reel/DBv7SxGumvk/
30/11/2024	Colabore com a vaquinha dos povos Akroá-Gamella, Tremembé da Raposa e Kariú-Kariri!	Tv Comunidades	Local	https://www.instagram.com/reel/DDBAeLoyc0W/?hl=am-et
03/12/2024	MA: Indígenas Akroá-Gamella, Kariú-Kariri e Tremembé ocupam sede da FUNAI na cidade de Imperatriz	A Nova Democracia	Nacional	https://anovademocracia.com.br/ma-indigenas-akroa-gamella-kariu-kariri-e-tremembe-ocupam-sede-da-funai-na-cidade-de-imperatriz/

07/02/2025	Indígenas Akroá Gamella Protestam na Equatorial de Viana	Alfinetei Viana	Local	https://www.instagram.com/reel/DFx3W14vIUu/
12/03/2025	Indígenas denunciam a morosidade administrativa em seus processos demarcatórios no Maranhão	Associação Nacional de Ação Indigenista	Nacional	https://anaind.org.br/noticias/indigenas-denunciam-a-morosidade-administrativa-em-seus-processos-demarcatorios-no-maranhao/
19/04/2025	Dia dos Povos Indígenas: resistência do Povo Akroá Gamella e a preservação de sua terra	O Imparcial	Local/Estadual	https://oimparcial.com.br/brasil/2025/04/dia-dos-povos-indigenas-resistencia-do-povo-akroa-gamella-e-a-preservacao-de-sua-terra/
01/05/2025	Ritual do Bilibeu mobiliza indígenas Akroá Gamella e reforça presença cultural na região de Viana	Alfinetei Viana	Local	https://www.instagram.com/reel/DJHU0putSBr/
01/05/2025	Ritual do Bilibeu celebra cultura e resistência do povo Gamellas, em Viana -MA	Jailson Mendes da Baixada	Local	https://www.instagram.com/jailsonmendesdabaixada/reel/DJHKj4vgZNo/?hl=fa
09/06/2025	Por demarcação de terras, povos Gamellas interditam a MA-014, entre as cidades de Viana e Matinha	Jailson Mendes da Baixada	Local	https://www.instagram.com/reel/DKr16wEgDfn/
13/06/2025	Abolir as cercas, libertar a vida: povo Akroá Gamella retoma território ancestral e desativa lixão a céu aberto	Salve a Floresta	Nacional	https://www.salveafloresta.org/atuacoes/13926/abolir-as-cercas-libertar-a-vida-povo-akroa-gamella-retoma-territorio-ancestral-e-desativa-lixao-a-ceu-aberto
20/06/2025	Povo Akroá Gamella denuncia pulverização de veneno por drone no Território	CPT	Nacional	https://cptnacional.org.br/2025/06/20/akroa-gamella-pulverizacao-veneno/

	Taquaritiua			
20/06/2025	Brasil: Povo Akroá Gamella torna pública denúncia de pulverização de veneno em seu território por fazendeiro	Centro de Informação sobre Empresas e Direitos Humanos	Nacional	https://www.busines-humanrights.org/pt/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/brasil-povo-akro%C3%A1-gamella-torna-p%C3%BAblica-den%C3%BAncia-de-pulveriza%C3%A7%C3%A3o-de-veneno-em-seu-territ%C3%B3rio-por-fazendeiro/
25/06/2025	Brazil's Indigenous Akroá Gamella reclaim and restore their land, one patch at a time	Mongabay	Internacional	https://news.mongabay.com/2025/06/brazils-indigenous-akroa-gamella-reclaim-and-restore-their-land-one-patch-at-a-time/
30/06/2025	Indígenas Akroá Gamella são atingidos por agrotóxicos em Viana - MA.	Maranhão Agrário	Local/Estadua l	https://maranhaoagrario.com.br/post/31/indigenas-akroa-gamella-sao-atingidos-por-agrotoxicos-em-viana-ma
01/06/2025	Festival Guarnicê divulga lista de curtas selecionados para a 48ª edição	G1 Maranhão	Local/Estadua l	https://g1.globo.com/ma/maranhao/cultura/noticia/2025/06/01/festival-guarnice-divulga-lista-de-curtas-selecionados-para-a-48a-edicao.ghtml
09/07/2025	O povo Akroá Gamella conquista direito à saúde no Maranhão	Agência Tambor	Local/Estadua l	https://agenciatambor.net.br/direitos-humanos/o-povo-akroa-gamella-conquista-direito-a-saude-no-maranhao/

**APÊNDICE E - TABELA DE NOTÍCIAS SOBRE O POVO KARIÚ KARIRI
(2021 a 2025)**

Data	Notícia	Veículo/Instituição	Relevância	Link
18/10/2021	No Maranhão, primeira indígena Kariú-Kariri conquista direito de ter etnia no registro civil	Revista Cenarium	Nacional	https://revistacenarium.com.br/no-maranhao-primeira-indigena-kariu-kariri-conquista-direito-de-ter-etnia-no-registro-civil/
17/02/2022	Exclusão de povos Indígenas	Agência Tambor	Local/Estadual	https://www.youtube.com/watch?v=tN8Gk-7Hhoc
17/02/2022	Povos originários no Maranhão querem ser ouvidos!	Agência Tambor	Local/Estadual	https://agenciatambor.net.br/direitos-humanos/povos-originais-no-maranhao-que-rem-ser-ouvidos/
02/04/2022	Juventude indígena do Maranhão debate terra, política e direitos em seu II Encontro	Brasil Popular	Nacional	https://brasilpopular.com/juventude-indigena-do-maranhao-debate-terra-politica-e-direitos-em-seu-ii-encontro/
09/09/2022	Povos indígenas, comunidades tradicionais e organizações divulgam nota de repúdio ao “PL dos despejos arbitrários”	Cedefes	Nacional	https://www.cedefes.org.br/povos-indigenas-comunidades-tradicionais-e-organizacoes-divulgam-nota-de-repudio-ao-pl-dos-despejos-arbitrarios/
01/05/2023	Indígenas do Maranhão ocupam DSEI durante Semana de Luta dos Povos	Combate Racismo Ambiental	Nacional	https://racismoambiental.net.br/2023/03/01/indigenas-do-maranhao-ocupam-dsei-durante-semana-de-luta-dos-povos/
19/04/2024	Dia dos Povos Indígenas: línguas nativas de povos originários correm risco de desaparecer no Maranhão	G1 Maranhão	Local/Estadual	https://g1.globo.com/ma/maranhao/vem-ver-pequeno/noticia/2024/04/19/dia-dos-povos-indigenas-linguas-nativas-de-povos-originais-correm-risco-de-desaparecer-no-maranhao.ghtml

06/08/2024	Maranhão lidera assassinatos de povos indígenas no Nordeste, apontam dados de relatório do CIMI	O Cubo	Local/Estadual	https://cubo.jor.br/2024/08/06/maranhao-lidera-assassinatos-de-povos-indigenas-no-nordeste-apontam-dados-de-relatorio-do-cimi/
26/09/2024	Boletim do NPC	Núcleo Piratininga de Comunicação	Local/Regional	https://nucleopiratininga.org.br/boletim/469/
03/12/2024	Ocupação Funai: indígenas reivindicam seus direitos em Imperatriz	Agência Tambor	Local/Estadual	https://agenciatambor.net.br/geral/ocupacao-funai-indigenas-reivindicam-seus-direitos-em-imperatriz/
11/03/2025	Indígenas denunciam a morosidade administrativa em seus processos demarcatórios no Maranhão	Cimi	Nacional	https://cimi.org.br/2025/03/indigenas-denunciam-morosidade-demarcacao-ma/
27/03/2025	Índios realizam assembleia-geral com cobranças ao governo e STF	Causa Operária	Nacional	https://causaoperaria.org.br/2025/indios-realizam-assembleia-geral-com-cobrancas-ao-governo-e-stf/

APÊNDICE F - LISTA DE PERGUNTAS DO FORMULÁRIO ONLINE PARA COMUNICADORES INDÍGENAS

1. Qual o seu povo?
2. Qual a sua idade?
 - Menor de 18
 - 18 a 25 anos
 - 26 a 35 anos
 - 36 a 40
 - Mais de 40 anos
3. Qual é o seu território?
4. Em qual município?
5. Quais equipamentos você usa para produzir conteúdo?
 - Celular
 - Câmera fotográfica
 - Filmadora
 - Gravador de áudio
 - Computador/Notebook
 - Tablet
 - Outros
6. O seu principal equipamento de produção de conteúdo é:
 - Pessoal
 - Coletivo (compartilhado com outros)
 - Institucional (fornecido por escola, universidade, associação, etc.)
7. Se usa celular, qual a marca e modelo do seu aparelho?
8. Como você tem acesso à internet para publicar ou compartilhar seus conteúdos?
 - Dados móveis
 - Wifi em casa
 - Wifi comunitário ou público
 - Lan house ou espaço coletivo
9. Para qual formato de conteúdo você mais utiliza esses equipamentos?
(Marque todas as opções que se aplicam)

APÊNDICE F - LISTA DE PERGUNTAS DO FORMULÁRIO ONLINE PARA COMUNICADORES INDÍGENAS

Vídeo

Fotografia

Áudio

Texto

10. Quais aplicativos ou programas você mais usa para criar e editar seus conteúdos? (Marque todas as opções que se aplicam)

Capcut

Kinemaster

InShot

Adobe Premiere

Canva

Photoshop

Lightroom

Snapseed

Outros

11. Você paga por aplicativos de edição?

Sim

Não

12. Quais desafios você enfrenta para acessar ou manter os equipamentos necessários para produzir conteúdo?

Falta de acesso a equipamentos adequados

Falta de conectividade com a internet

Custo elevado para comprar ou manter equipamentos

Falta de conhecimento técnico para usar programas de edição

Risco ou ameaças à segurança devido à produção de conteúdo

Falta de espaços seguros para gravar ou criar conteúdo

Outros...

13. Algum comunicador(a)/fotógrafo(a)/produtor(a)/artista te inspira? Quem?

14. Você considera que os equipamentos que utiliza são suficientes para o tipo de conteúdo que deseja produzir?

**APÊNDICE F - LISTA DE PERGUNTAS DO FORMULÁRIO ONLINE PARA
COMUNICADORES INDÍGENAS**

Sim

Não

15. Pergunta opcional: Compartilhe algum relato ou experiência que você teve com a comunicação e a produção fotográfica/audiovisual.